



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

THAYSSA ROBERTA PLUM

“PROFISSÃO REPÓRTER”:

o jornalismo sob múltiplos olhares

RIO DE JANEIRO

2007

Thayssa Roberta Plum

Orientadora: Cristina Rego Monteiro

“PROFISSÃO REPÓRTER”: o jornalismo sob
múltiplos olhares

Monografia apresentada à Escola de
Comunicação da Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como requisito parcial à conclusão
do curso de Comunicação Social, habilitação
Jornalismo.

Rio de Janeiro

2007

Thayssa Roberta Plum

“PROFISSÃO REPÓRTER”:
o jornalismo sob múltiplos olhares

Monografia submetida à banca de graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo.

Aprovada em ____ de dezembro de 2007.

Professora Cristina Rego Monteiro – orientadora
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação da UFRJ

Professor Eduardo Refkalefsky
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação da UFRJ

Professor Paulo Roberto Pires
Mestre em Comunicação pela Escola de Comunicação da UFRJ

Dedico esse trabalho à minha mãe, Cláudia,
ao meu pai, Roberto,
e ao meu irmão, Thiago.

Tenho certeza de que, se caminhei até aqui,
foi porque tive vocês ao meu lado e, muitas vezes,
porque vocês me carregaram nos seus braços.

AGRADECIMENTOS

À Cristina Rego Monteiro, pela orientação e pelo carinho.

À Maria Cristina Gobbi, pela análise crítica e boa vontade.

Ao Caco Barcellos e à Nádia Bochi, pela atenção que espero um dia retribuir.

À Gláucia, pelas broncas que me fizeram acelerar as pesquisas.

À Mariana, pelo laptop que me permitiu trabalhar longe de casa.

À Vivian, pela revisão desse trabalho.

“O encantamento do jornalismo está nesse jeito único do repórter contar uma história. Nada tem a ver com a frieza hipocritamente imparcial que recheia a maioria das páginas de jornal, ondas do rádio e de televisão”.

Nádia Bochi

PLUM, Thayssa. **“Profissão Repórter”**: o jornalismo sob múltiplos olhares. Orientadora: Cristina Rego Monteiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2007. (Monografia. Graduação em Jornalismo).

RESUMO

Despreparado por falhas na formação do pensamento crítico e permanentemente envolvido pela imensa quantidade de mensagens que chegam até ele através de diferentes mídias, parte considerável do grande público consome matérias jornalísticas como fatos inquestionáveis ou verdades absolutas. No entanto, não há uma realidade pronta, já construída, mas vários pontos de vista que indicam aspectos da realidade. Uma notícia é o resultado de escolhas que começam a ser feitas por profissionais que trabalham para uma empresa, cuja contextualização econômica, política e tecnológica influencia a narrativa jornalística. A pauta ainda passa pelo repórter e pela edição. Esse processo de construção da matéria jornalística é escamoteado, o que acaba criando a concepção de realidade única, quando a notícia é apenas um olhar entre muitos possíveis. Aplicando as teorias existentes sobre a multiplicidade de olhares envolvidos na produção jornalística, esse trabalho tem como proposta fazer um estudo de caso do quadro “Profissão Repórter”, do “Fantástico”, veiculado aos domingos na TV Globo. Através da metaleitura profissional, o quadro propõe mostrar diferentes ângulos do mesmo fato e os bastidores da notícia. Nossa análise pretende averiguar ainda se a formatação desenvolvida em “Profissão Repórter” proporciona ao telespectador elementos para uma percepção crítica do jornalismo.

Palavras-chave: Teoria da comunicação. Verdade. Múltiplos olhares.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 O PODER E A RESPONSABILIDADE DO REPÓRTER

2.1 O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE

2.2 JORNALISMO NÃO É VERDADE

2.3 A INFLUÊNCIA DO EMISSOR NA TRANSMISSÃO DA MENSAGEM

3 EM BUSCA DO OLHAR DA LIBÉLULA: VER MELHOR E DE DIFERENTES ÂNGULOS

3.1 A MULTIPLICIDADE DE OLHARES SOBRE O MESMO FATO

3.2 CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: UM PROCESSO DESCONHECIDO PELO PÚBLICO

3.3 OBSTÁCULOS A SEREM SUPERADOS

4 ESTUDO DE CASO: “PROFISSÃO REPÓRTER”

4.1 SOBRE O QUADRO

4.2 ANÁLISE CRÍTICA

4.3 ENTREVISTAS

5 CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

A Publicidade, em 1987, retratou de forma criativa uma das características intrínsecas ao jornalismo: a multiplicidade de olhares. Em um comercial da “Folha de S. Paulo”, um pequeno ponto preto aparece na tela da TV. Aos poucos, a câmera se afasta, mostrando diversos pontos que, juntos, formam uma fotografia. Em off, uma voz diz:

Este homem pegou uma nação destruída, recuperou a sua economia e devolveu o orgulho ao seu povo. Em seus quatro primeiros anos de governo, o número de desempregados caiu de 6 milhões para 900 mil pessoas. Este homem fez o Produto Interno Bruto crescer 102% e a renda per capita dobrar. Aumentou os lucros das empresas de 170 milhões para 5 bilhões de marcos e reduziu a hiperinflação a no máximo 25% ao ano. Este homem adorava música e pintura. Quando jovem, imaginava seguir a carreira artística.¹

A fotografia é de Adolph Hitler, o ditador nazista alemão. Em seguida, a mesma voz em off afirma: “é possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade. Por isso, é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe. Folha de S. Paulo. O jornal que mais se compra e o que nunca se vende”.

Sem entrar no mérito do slogan da Folha, mas concentrando-nos no conteúdo da peça publicitária, podemos dizer que o comercial ilustra bem como as matérias que lemos nos jornais e na Internet, ouvimos no rádio e assistimos na televisão estão sujeitas a um processo de escolhas que se inicia com a apuração, passa pela reportagem e termina na edição.

Nesse sentido, uma pauta pode resultar em matérias contraditórias, diferentes do fato que lhes deu origem, sem que nenhuma delas seja necessariamente mentirosa. De forma intencional ou não, é possível contar uma mesma história utilizando diferentes ângulos e focos. O que fez a Folha de S. Paulo ao aprovar a peça publicitária em questão não é comum no jornalismo. Ao chamar a atenção para a importância da análise e da contextualização das informações, a Folha assume neste anúncio uma característica da produção jornalística que geralmente é encoberta: a sua relatividade.

A grande massa vê as reportagens – especialmente quando elas são referendadas pelas imagens, por exemplo, da televisão – como verdades absolutas. A credibilidade construída e a garantia imagética dos grandes veículos de comunicação fazem com que grande parte do público consuma os produtos jornalísticos sem questionar o seu processo de produção: afinal, sob que condições e quais interesses aquela notícia foi apurada, escrita, editada e publicada?

¹ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=FLda5jIX59c>>. Acesso em: 25 nov. 2007

Problemas históricos na formação educacional básica dos brasileiros talvez representem um fator decisivo na falta de senso crítico da população ao ler, ouvir ou assistir notícias. Até que ponto os jornalistas podem interferir neste processo? Em vez de reforçar todo o espetáculo criado pela mídia, o que tornaria público o processo de construção da notícia, que envolve escolhas e interesses, buscando desconstruir a verdade absoluta na versão jornalística?

Alguns passos já foram dados neste sentido. Neste projeto experimental, pretendemos analisar o quadro “Profissão Repórter”, do programa dominical “Fantástico”, da TV Globo. Nele, o premiado repórter Caco Barcellos vai às ruas com jovens jornalistas para tentar mostrar diferentes ângulos e os bastidores da notícia.

Com o objetivo de cumprir a proposta acima, partimos de uma revisão bibliográfica das teorias que tratam dos conceitos de verdade e múltiplos olhares no jornalismo. No capítulo 2, “O poder e a responsabilidade do repórter”, vamos tratar inicialmente do papel dos meios de comunicação na sociedade, enfocando a função da imprensa de selecionar e tornar relevantes ou fúteis os assuntos discutidos pela sociedade, estabelecendo graus de importância e visibilidade, de pouco ou grande apelo.

Neste momento, também trataremos da impressão de que a notícia é intrinsecamente verdade, examinando os estudos que caracterizam as matérias jornalísticas não como fatos inquestionáveis ou verdade absolutas, mas como versões que são resultado de um processo de escolhas e representam um olhar entre muitos possíveis. Ainda no segundo capítulo, vamos abordar a extensão da influência do emissor na transmissão da mensagem, ou seja, a partir de quais critérios são feitas as escolhas necessariamente realizadas por produtores, chefes de reportagem, repórteres e editores.

No capítulo seguinte, “Em busca do olhar da libélula: ver melhor e de diferentes ângulos”, selecionamos alguns autores e teses que tratam da multiplicidade de olhares sobre o mesmo fato. Conforme defende Pierre Bourdieu, os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem.² Essa percepção, no entanto, é desconhecida pelo grande público. Vamos tentar levantar quais são os elementos que influenciam direta ou indiretamente a visão do repórter e citaremos ainda alguns dos inúmeros obstáculos a serem superados pelos que se propõem a intervir nesta poderosa engrenagem das redações de rádio, jornal, televisão e internet.

² BOURDIEU, 1997, p. 25

Por fim, no capítulo 4, faremos um estudo de caso sobre o “Profissão Repórter”. Usando entrevistas de especialistas, estudantes e repórteres, a proposta é analisar de forma crítica o quadro do “Fantástico”. Optamos por focar um episódio, exibido no dia 16 de setembro de 2007: os bastidores da votação que absolveu Renan Calheiros da acusação de que um lobista pagava a pensão da filha do senador.

Antes de iniciarmos, no entanto, é preciso fazer algumas diferenciações fundamentais para o bom entendimento deste estudo. Quando usarmos o termo “jornalismo”, estaremos falando de uma categoria narrativa, impressa e audiovisual, que sintetiza informações segundo uma prioridade técnica de transmissão que objetiva fácil compreensão por parte de quem recebe a mensagem. Já o termo “jornalista” se refere ao profissional que trabalha no processo de produção da informação no jornalismo.

“Repórter” é o indivíduo que tem sob sua responsabilidade apurar, entrevistar e reproduzir um texto compatível com as características do meio e contendo as informações principais do ponto de vista jornalístico. Podemos dizer que o repórter é o indivíduo, o jornalista remete a uma representação da categoria e o jornalismo é a própria atividade onde a categoria se insere.

É preciso dizer, ainda, que “acontecimento” não é simplesmente o que acontece, mas aquilo que, ao acontecer, produz alterações significativas na realidade.³ “Notícia é a expressão de um fato novo, que desperta o interesse do público a que o jornal se destina”.⁴ Já quando falarmos de “reportagem”, estaremos nos referindo à “representação de um fato ou acontecimento enriquecido pela capacidade intelectual, observação atenta, sensibilidade, criatividade e narração fluente do autor”.⁵

É preciso destacar, no entanto, que há diferenças entre o conceito clássico de reportagem e o que é observado nesta pesquisa, já que o avanço da tecnologia significou uma subjetivação ainda maior da captação da “realidade”. Uma foto, por exemplo, pode ser facilmente modificada sem levantar suspeitas, mudando um pequeno detalhe ou um elemento fundamental que transforme a imagem em “outra” completamente diferente.

³ CHAPARRO, 2007

⁴ CEREJA e MAGALHÃES, 1994

⁵ DINES, 2004

2 O PODER E A RESPONSABILIDADE DO REPÓRTER

2.1 O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE

Antes de iniciarmos uma análise profunda sobre a interferência do olhar do repórter na produção da notícia, é preciso ressaltar o tamanho da responsabilidade deste profissional diante da difícil – porém necessária – tarefa de relatar um fato. Falar da influência e da manipulação da audiência pela imprensa tornou-se lugar comum, mas é necessário ir além e tentar entender como o Jornalismo contribui para a vida em sociedade.

Ao relatar o que o público não vive, os meios de comunicação interpretam – e é bom lembrar que o fazem à sua maneira – os fatos de acordo com a vivência, a opinião e o olhar do pauteiro, do repórter e do editor, muitas vezes em conformidade com abordagens anteriores do próprio veículo ou de veículos concorrentes. Na esmagadora maioria dos casos, a notícia é consumida como mera “narração” da realidade e imediatamente tomada como verdade pelo público, como pontuam DeFleur e Ball-Rokeach em “Teorias da Comunicação de Massa”:

*A mídia é parte central dos processos de comunicação das sociedades modernas. Ela contribui em suas descrições e relatos com interpretações da realidade que suas audiências internalizam. As pessoas podem criar construções de significados subjetivas e compartilhadas, para as realidades físicas e sociais nas quais vivem, pelo que lêem, escutam ou vêem. Portanto, seu comportamento pessoal e social pode ser em parte modelado por interpretações dadas pela mídia a acontecimentos e temas em debate acerca dos quais as pessoas dispõem de poucas fontes de informação alternativas.*⁶

Ainda que esses teóricos destaquem a função de criação de significados exercida pelos veículos de massa em ocasiões de ameaça evidente, como crises econômicas, catástrofes naturais, sublevações políticas ou conflitos declarados⁷, sabemos que a construção da realidade pela imprensa está presente de forma corriqueira e em inúmeras esferas da vida moderna, que vão desde os assuntos mais relevantes aos mais fúteis.

A informação que nos é mostrada por nossos televisores ou no cinema, onde vemos sombras projetadas na tela (ou até as recebemos impressas), levou-nos a construir significados compartilhados para o mundo da realidade que não têm contrapartidas reais nesse mundo? É uma idéia vetusta com uma aplicação contemporânea espantosamente clara. Além disso, há razões sobejas para predizer que de fato construímos significados convencionais para a realidade com base no que nossa mídia apresenta!⁸

⁶ DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 54, grifo nosso

⁷ DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 335

⁸ DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 257 e 258

Ao estudar a função de construção de significado pelos meios de comunicação de massa, Walter Lippman concluiu, em 1922, que as pessoas agem não baseadas no que realmente está se passando ou que tenha ocorrido, mas naquilo que imaginam ser a situação real obtida a partir de descrições fornecidas pela imprensa – significados e interpretações que amiúde têm apenas limitada correspondência com o que se passou.⁹

Quem torna os assuntos discutidos pela sociedade relevantes ou fúteis, de pequena ou grande importância, de pouco ou grande apelo é também a própria imprensa: “O jornalismo é a nossa cartografia moderna. Cria mapas para que os cidadãos naveguem através da sociedade. Essa é a sua utilidade e a sua razão econômica de ser”.¹⁰ Se o jornalismo é entendido por Kovach e Rosenstiel como um mapa, a televisão é vista por Wolton como “o grande relógio da nossa vida cotidiana, que marca o ritmo imutável dos dias que passam”.¹¹

O mesmo autor vê na televisão “um formidável instrumento de abertura para o mundo”, que “constitui também o *laço social* de uma comunidade nacional”.¹² Além do fato de que o espectador, ao consumir TV, agrega-se a esse público potencialmente imenso e anônimo que a assiste simultaneamente, Wolton vê nesta mídia um segundo sentido de “*laço social*”:

A televisão, como sempre dizemos, é o “espelho” da sociedade. Se ela é seu espelho, isso significa que a sociedade se vê – no sentido mais forte do pronome reflexivo – através da televisão, que esta lhe oferece uma representação de si mesma. E ao fazer a sociedade refletir-se, a televisão cria não apenas uma imagem e uma representação, mas oferece um laço a todos aqueles que a assistem simultaneamente. Ela é, além disso, um dos únicos exemplos em que essa sociedade se reflete, permitindo que cada um tenha acesso a essa representação.¹³

Kucinski defende a idéia de que os meios de comunicação de massa substituíram as praças públicas na definição do espaço coletivo da política no mundo contemporâneo.¹⁴ Esta situação se dá de forma ainda mais particular no Brasil, onde, ainda segundo Kucinski, o grau elevado de analfabetismo e o baixo poder aquisitivo de parte da população são obstáculos ao pensamento crítico: “a percepção popular da política e da sociedade provém principalmente dos meios eletrônicos de comunicação, o rádio e a TV, e em menor escala, da leitura de jornais e revistas, os poucos objetos de leitura popular regular”.¹⁵

⁹ DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 279

¹⁰ KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 249

¹¹ WOLTON, 1996, p. 318

¹² WOLTON, 1996, p. 123, grifo nosso

¹³ WOLTON, 1996, p. 124

¹⁴ KUCINSKI, 1998, p. 16

¹⁵ KUCINSKI, 1998, p. 16

Iyengar e Kinder reforçam essa idéia ao apontar a importância da agenda jornalística, especialmente da cobertura televisiva, para os “cidadãos com recursos e habilidades políticas limitados”:

De acordo com os nossos resultados, o noticiário televisivo influencia clara e decisivamente as prioridades que as pessoas associam a vários problemas nacionais, e as considerações que têm em conta quando avaliam os líderes políticos ou escolhem entre candidatos a cargos políticos”.¹⁶

Os mesmos autores acrescentam: “quanto mais o espectador está afastado do mundo dos acontecimentos públicos, mais forte é o poder da *agenda-setting* dos noticiários televisivos.”¹⁷ Segundo a hipótese da *agenda-setting* descrita por Shaw, os jornais, a televisão e outros meios de informação determinam se o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. Ainda citando este teórico, “as pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo”.¹⁸

Essa capacidade das notícias de, mais que constituir os fatos, ordená-los, é reforçada por Bucci. Ele questiona: “ora, e o que é a realidade senão a composição de sentidos e de significados tal como ela pode acontecer nos termos da comunicação social?”.¹⁹

Kucinski destaca que, no Brasil, cabe à televisão, em especial à Rede Globo, o papel de popularização da agenda. “Num país de cultura ainda predominantemente oral, é a TV que massifica a agenda, por meio dos recursos da sincronia, da unificação da linguagem e da emoção. Para isso, servem todos os seus programas [...], desde o *Jornal Nacional* até as telenovelas”.²⁰

Esse poder incomensurável faz com que as comunicações de massa se tornem parte central da nossa estrutura *institucional*. DeFleur e Ball-Rokeach enumeram as cinco instituições básicas da sociedade nas quais a imprensa penetrou intimamente. São elas a instituição econômica, a política, a familiar, a religiosa e a educacional.²¹ Idéia semelhante em relação à responsabilidade do jornalista é explicitada por Mauro Wolf, em “Teorias das Comunicações de Massa”:

Isso reforça a *disponibilidade para a expressão e para a visibilidade* dos pontos de vista difundidos pela mídia e, portanto, o poder de conformação que essa visibilidade possui sobre os que ainda não elaboraram uma posição própria. Muitas vezes, o

¹⁶ IYENGAR e KINDER *apud* TRAQUINA, 2001, p. 40

¹⁷ IYENGAR e KINDER *apud* TRAQUINA, 2001, p. 37

¹⁸ SHAW *apud* WOLF, 2003, p. 143

¹⁹ BUCCI *apud* GOMES, 2003, p. 12

²⁰ KUCINSKI, 1998, p. 28

²¹ DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 114

resultado final é que a distribuição efetiva da opinião pública regula-se e adapta-se à refletida pela mídia, conforme um esquema de profecia que se autoverifica.²²

Becker²³ lembra que a imagem que nós possuímos do mundo é construída a partir de experiências coletivas. Segundo ela, não há quem ou o quê as proporcione de modo tão eficaz e ostensivo como os discursos midiáticos. Becker identifica na imprensa algo que a destaca no universo das trocas comunicacionais. Enquanto os outros discursos “transitam com maior clareza para o leitor/espectador entre mundos reais e ficcionais, o jornalismo tem um papel particularmente importante nesse contexto, de supostamente retratar a realidade”²⁴. A crença do público de que o discurso jornalístico é mais “verdadeiro” do que os outros faz com que pese sobre os profissionais de imprensa uma responsabilidade muito grande, conforme explicita a autora:

O simples fato de um acontecimento estar inserido ou não no âmbito dos discursos jornalísticos implica em que faça parte ou não do nosso repertório de atualidade. Sem dúvida, os discursos jornalísticos são os principais gerenciadores das representações da realidade cotidiana, consistindo num poder efetivamente real e simbólico.²⁵

A autora lembra ainda que é no espaço simbólico dos noticiários que acompanhamos, julgamos e construímos o cotidiano da nação, sob e sobre o olhar dos âncoras, repórteres e editores.²⁶ É difícil – senão impossível – dizer “até onde” pode ir a influência da mensagem jornalística na sociedade. O poder da televisão, de que trataremos nos capítulos seguintes, é particularmente ainda mais complexo de mensurar, já que a imagem produz o chamado “efeito de real” – ela faz ver e faz crer no que faz ver, como explica Bourdieu:

Ela pode fazer existir idéias ou representações, mas também grupos. As variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas etc. capazes de desencadear sentimentos fortes, freqüentemente negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro, e a simples narração, o fato de relatar, *to record*, como *repórter*, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização).²⁷

Ao falar de mobilização ou desmobilização, é imprescindível discutirmos o uso da imprensa, especialmente a televisada, como um instrumento de manutenção da ordem social, política e econômica estabelecida.

Enquanto nas democracias liberais é principalmente por meio da mídia que os protagonistas sociais informam-se e debatem suas idéias, no Brasil a mídia desempenha papel mais ideológico do que informativo, mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados, e, em menor escala, à

²² WOLF, 2003, p. 142 e 143

²³ BECKER, 2005, p. 45

²⁴ BECKER, 2005, p. 45

²⁵ BECKER, 2005, p. 45

²⁶ BECKER, 2005, p. 48

²⁷ BOURDIEU, 1997, p. 28

difusão de proposições de grupos de pressão empresariais. *Essa função de controle é facilitada pelo monopólio da propriedade pelas elites e por uma cultura jornalística autoritária e acrítica*²⁸

Ao tomar consciência, portanto, do tamanho do poder do jornalismo na sociedade em que vivemos, é necessário entender as formas em que a comunicação se dá. DeFleur e Ball-Rokeach defendem que por volta de 1940 ficou clara a necessidade de estudar as características do comunicador, o conteúdo das próprias mensagens e os canais pelos quais as pessoas recebiam informação. Em 1948, Harold D. Lasswell teria resumido esses fatores em seu famoso ditado:

Uma forma conveniente de descrever um ato de comunicação
é responder às seguintes perguntas:
Quem
Diz o que
Em que veículo
A quem
Com que efeito? ²⁹

Dentro desta perspectiva, partimos para o estudo aprofundado de uma parte do ato de comunicação ainda pouco analisada: a influência do repórter. Segundo Wolf em “Teorias das comunicações de massa”, estudos sobre os emissores e os processos de produção nas comunicações de massa tornaram-se uma verdadeira corrente de pesquisa apenas há alguns anos.³⁰

A partir daqui, este estudo afasta a tão discutida influência da imprensa na sociedade (“a quem”, “com que efeito”), para entender melhor de que forma a notícia nasce, cresce e se reproduz, ou seja, quais são e o que representam as escolhas do repórter no processo de construção da notícia (“quem”, “diz o que”).

2.2 JORNALISMO NÃO É VERDADE

A capacidade de interpretar não é apenas uma condição, mas uma característica – que ora é habilidade, ora é fardo – inerente ao ser humano. Diante do poder e da responsabilidade do jornalista, de que falamos anteriormente, fica claro que o relato dos fatos, ao contrário do que os meios de comunicação geralmente nos fazem crer, passa obrigatoriamente pelo olhar do repórter. Quando esse profissional atua, ele procura seguir um padrão que qualifique o seu trabalho frente a um determinado modelo, composto por referências culturais e institucionais. Sendo assim, fazer

²⁸ KUCINSKI, 1998, p. 17, grifo nosso

²⁹ LASSWELL *apud* DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 208

³⁰ WOLF, 2003, p. 181

crer que o olhar do repórter é autônomo e independente é alimentar a ilusão da autonomia e da independência das notícias.

Se não pudéssemos criar, rotular e concordar acerca de significados subjetivos para aspectos da realidade objetiva, não poderíamos nos comunicar como fazemos – e não poderíamos funcionar num plano humano. A questão da mente *versus* realidade, e como uma conhece a outra, pois, acha-se no cerne da existência humana.³¹

As matérias jornalísticas são versões, não fatos inquestionáveis ou verdades absolutas: “jornalismo é [...] essencialmente seleção, ordenação, atribuição ou negação de importância de acontecimentos dos mais diversos, que passam a funcionar como se fossem um espelho do mundo”.³² Na emissão, o repórter tem sua visão da notícia, faz suas próprias escolhas: “o jornalismo não veicula informações nem as mutila para seus próprios interesses: *ele as cria de fato*”.³³

Para Michel Foucault em “A Ordem do Discurso”, a fala do repórter seria aceita como verdade devido à limitação que ele chama de “direito exclusivo da fala”. O discurso jornalístico teria status dentro do corpo social e seria tomado como verdade absoluta porque advém de alguém considerado capacitado para fazer circular sua opinião e transmitir as “verdades” do dia-a-dia. A busca pela vontade de atualização em tempo integral faz com que o discurso jornalístico seja aceito, muitas vezes *sem questionamentos*.

Jornais, sites e emissoras de rádio e TV, como empresas que são, têm como estratégia comercial a criação de mecanismo de fidelização de consumidores. Para conquistá-los, o discurso publicitário e institucional dos veículos jornalísticos cultiva conceitos de imparcialidade, objetividade e neutralidade – características que, de fato, são não só inatingíveis como chegam a prestar-se como referência para simulações.

Esta não é, no entanto, a percepção do público. Sodré afirma que “o receptor percebe a mensagem de tevê como algo ‘natural’ no interior de sua casa”.³⁴ Isso é possível porque a mensagem é construída de forma a criar uma “naturalidade” que seria inerente ao veículo.

Este finge ser o *olho da família* assestado para a espontaneidade dos acontecimentos do mundo, escondendo a sua condição de olhar hipnótico e imobilizador do sistema. A astúcia semiótica do vídeo consiste em adaptar o mundo à ótica familiar.³⁵

Ao fazerem um retrospecto do jornalismo visto como verdade e ao acompanharem a evolução deste pensamento, Kovach e Rosenstiel afirmam que, no começo do século XX, os

¹⁰ DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 253

³² MARCONDES FILHO, 1993, p. 127

³³ MARCONDES FILHO, 1993, p. 133

³⁴ SODRÉ, 1984, p. 59

³⁵ SODRÉ, 1984, p. 59

jornalistas já percebiam que realismo e realidade – ou precisão e verdade – não eram tão facilmente equacionáveis.³⁶ Em 1922, Lippman escreveu que notícias e verdade não são a mesma coisa: “A função das notícias é sinalizar um fato. [...] A função da verdade é trazer à luz os fatos ocultos, estabelecer uma relação entre eles e montar um quadro da realidade sobre o qual os homens podem agir”.³⁷ Se, há muito tempo, as informações que recebíamos eram apenas interpretações da realidade, e não a realidade em si, esse fenômeno se torna ainda mais nítido e impactante nas últimas décadas, com a difusão de novas tecnologias e o advento da globalização.

Um dos mais importantes aspectos de nossa transição em curso para a Era das Comunicações de Massa, pois, é estarmos crescentemente em contato com representações veiculadas de um complexo mundo físico e social em vez de somente com os traços objetivos de nossos limitados arredores.³⁸

Talvez o meio de comunicação mais capaz de efetuar a integração entre pessoas de diferentes lugares, a televisão “simula operacionalmente o mundo ou – talvez seja melhor dizer – os ‘modelos’ atuantes do mundo”³⁹, aponta Sodré. Isso significa que a realidade perde a sua característica de real no instante em que é “transmitida” pela TV.

Em sua tentativa de *dizer o real*, a televisão na verdade *constrói* uma realidade (aquela gerada pelo código do *medium*) na forma de um sistema de *representações sociais*. [...] Assim, a representação de um fenômeno social qualquer consiste num conjunto de imagens, estruturado pelo jogo das significações sociais ou das atitudes dos sujeitos da representação. Entre o mundo e sua imagem no vídeo há um abismo, mas este não é preenchido pelo imaginário à solta, pois toda a lógica do *medium* consiste em dissimular o abismo por meio da restauração familiar do contato perdido, por meio da saturação do olho pela imagem repetida, na superabundância da relação informativa.⁴⁰

No caso dessa mídia em especial, a realidade não é transformada apenas quando apreendida pelo repórter. Esse mesmo fenômeno acontece também pelas próprias pessoas que fazem parte da notícia e passam a “atuar” ao perceberem a presença da câmera.

Apesar de entendermos a interpretação como natural e inerente ao homem, no jornalismo diário ela é um tabu. Tuchman chega a sugerir que “ideal seria se emissores/jornalistas e receptores/público percebessem que dizer que a notícia é uma ‘estória’ não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia”.⁴¹ No entanto, a notícia é apresentada como a verdade sobre um fato, a única interpretação possível, o olhar verdadeiro, o assunto esgotado.

Ao conhecer-se o processo de produção da notícia fica claro o processo de escolhas do qual a matéria jornalística é fruto. Em seu estudo sobre a definição social da postura profissional

³⁶ KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 64 e 65

³⁷ KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 64 e 65

³⁸ DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 277

³⁹ SODRÉ, 1984, p. 55

⁴⁰ SODRÉ, 1984, p. 76 e 79

⁴¹ TUCHMAN *apud* TRAQUINA, 2001, p. 30

dos jornalistas, Traquina lembra que a objetividade e a parcialidade são conceitos que a maioria dos cidadãos associa ao papel da imprensa.⁴² Ainda segundo este autor, essas noções “estão no centro de toda uma mitologia que coloca os jornalistas no papel de servidores do público que procura a verdade, no papel de ‘cães de guarda’ que protegem os cidadãos contra os abusos do poder, [...] de ‘heróis’ do sistema democrático”.⁴³

A mídia noticiosa não se propõe deliberadamente a criar ilusões ou enganar quem quer que seja, pelo menos na maior parte das sociedades ocidentais. Pelo contrário, os códigos éticos de jornalismo ressaltam o dever de ser “objetivo”, “justo”, “cuidadoso” e “factual”. Mas isso é jogo perdido antes de começar a partida. *Seletividade e distorções das notícias são produtos de fatores fora do controle de repórteres, redatores, editores e diretores.* As descrições do “mundo lá de fora” apresentadas pela imprensa são conseqüências de condições anteriores, tais como recursos limitados de que os jornalistas dispõem para estudar em primeira mão qualquer acontecimento.⁴⁴

Deixando de lado as restrições impostas pelo orçamento e concentrando-nos na interferência do repórter ao apurar a matéria, é preciso entender que “o sujeito da enunciação faz uma série de ‘escolhas’, de pessoa, de tempo, de espaço, de figuras, e ‘conta’ ou passa a narrativa, transformando-a em discurso. O discurso nada mais é, portanto, que a narrativa ‘enriquecida’ por todas essas opções do sujeito da enunciação”⁴⁵.

Kucinski vai ainda mais longe, e fala na “encenação” feita pelo repórter durante o processo de construção da notícia:

No plano pessoal, verificamos que a função exercida pelo jornalista quando se inicia a gravação é teatral: mais do que um jornalista que se autocensura, o jornalista é um ator, que representa um jornalista fazendo perguntas aparentemente críticas – como manda o manual jornalístico – mas previamente ensaiadas.⁴⁶

Além da palavra “interpretação”, surge outra mais forte no tocante à influência do emissor sobre a mensagem: manipulação. Não são poucos os casos nos quais a grande imprensa posicionou-se a favor ou contra um determinado assunto, impondo seu ponto de vista e trabalhando, muitas vezes, não de forma parcial, porque sabe-se que a imparcialidade seria inalcançável, mas submetida a interesses outros que não o dos consumidores de informação.

A manipulação do público – buscada e conseguida pela indústria cultural, entendida como forma de domínio das sociedades altamente desenvolvidas – passa, portanto, no meio televisivo mediante efeitos que se realizam nos níveis latentes das mensagens. Estas fingem dizer uma coisa e, em vez dela, dizem outra; fingem ser frívolas e, no entanto, ao se colocarem além do conhecimento do público, reforçam seu estado de

⁴² TRAQUINA, 2001, p. 59

⁴³ TRAQUINA, 2001, p. 59

⁴⁴ DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 280, grifo nosso

⁴⁵ PESSOA DE BARROS, 1990, p. 53

⁴⁶ KUCINSKI, 1998, p. 56

dependência. O espectador, mediante o material que observa, é continuamente colocado na condição de assimilar ordens, prescrições e proscricções sem saber.⁴⁷

Ao partir do pressuposto de que a construção de uma notícia absolutamente verdadeira é impossível, Deleuze enumera os elementos que, na verdade, conduzem os repórteres: “as noções de importância, de necessidade, de interesse são mil vezes mais determinantes que a noção de verdade. De modo algum porque elas a substituem, mas porque medem a verdade do que digo”.⁴⁸

O que conta ao modelar nosso comportamento são as nossas convicções compartilhadas, nosso conhecimento subjetivo modelado pelas convenções de significado que sustentamos com outros – e não a natureza da realidade.⁴⁹ Significados e interpretações da realidade são construídos socialmente. Quando o repórter constrói a notícia, não é diferente: “toda experiência que supõe o uso da linguagem implica [...] em construções de sentidos, não existindo discursos neutros, ou livres de intencionalidades”.⁵⁰

Embora uma notícia “verdadeira” seja caso perdido, o repórter deve buscar ao máximo um jornalismo coerente, sensato e o mais próximo possível da realidade. Infelizmente, não é isso o que acontece geralmente. Como mostra Kucinski, os recursos lingüísticos utilizados pelos meios de comunicação, são, inclusive, formas de abster-se desta corrida pela verdade – que não tem linha de chegada nem vencedor, mas onde é importante apenas competir se queremos fazer bom jornalismo.

[...] arte de difamar pela imprensa. Reúne algumas verdades, meias-verdades e várias mentiras protegidas pelo condicional “teria” e pelo anônimo “comenta-se”. [...] A arte de difamar pela imprensa é essencialmente covarde. Acusa, por insinuações, sem assumir. O jornalismo brasileiro, tão deficiente em precisão e em capacidade analítica, é mestre na calúnia, na injúria e na difamação.⁵¹

A notícia, portanto, não pode e não deve ser vista como um espelho do fato ou um recorte que representa a realidade, mas sim como um olhar entre muitos possíveis.

O sujeito da enunciação faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir. Estudar as projeções da enunciação é, por conseguinte, verificar quais são os procedimentos utilizados para constituir o discurso e quais os efeitos de sentido fabricados pelos mecanismos escolhidos.⁵²

⁴⁷ WOLF, 2003, p. 82 e 83

⁴⁸ GOMES, 2003, p. 84

⁴⁹ DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 260

⁵⁰ BECKER, 2005, p. 44

⁵¹ KUCINSKI, 1998, p. 96

⁵² PESSOA DE BARROS, 1990, p. 54

Como aponta Wolf⁵³, os meios de comunicação de massa constituem um núcleo central da produção simbólica nas sociedades atuais, e é necessário conhecer não apenas os seus sistemas de valores, de representações e de imaginário coletivo, mas também o modo, os processos, as restrições e as limitações com que se realizam. É disso de que trataremos a seguir.

2.3 A INFLUÊNCIA DO EMISSOR NA CONSTRUÇÃO DA MENSAGEM

Trataremos agora sobre a interferência do jornalista no processo de captação e construção da notícia. As escolhas realizadas por produtores, chefes de reportagem, repórteres e editores são realizadas de acordo com regras estabelecidas através da história no processo de produção jornalístico e com o balizamento dos valores e conceitos individuais de cada profissional. Conforme aponta Cohen, “o mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redatores, editores e diretores do jornal que lêem.”⁵⁴

Kant antecipou intuitivamente o que foi realizado conscientemente apenas por Hollywood: as imagens são censuradas com antecipação, no mesmo instante de sua produção, segundo os modelos do intelecto que estabelece o modo como devem ser contempladas.⁵⁵

Apesar da grande importância de entendermos os “modelos do intelecto” de que tratam Adorno e Horkheimer, são poucos os estudos que tratam a produção jornalística a partir desta perspectiva. Conforme aponta Halloran⁵⁶, houve pouquíssimas tentativas sistemáticas de estudar o emissor da notícia, que ocupa uma posição crucial na rede social, com a possibilidade de rejeitar e de selecionar a informação, em consonância com a gama de pressões exercidas na sociedade.

O objetivo declarado de cada aparato de informação é o de fornecer relatórios dos acontecimentos significativos e interessantes. Mesmo em se tratando evidentemente de um propósito claro, como muitos outros fenômenos simples em aparência, esse objetivo é inextricavelmente complexo. O mundo da vida cotidiana – a fonte das notícias – é formado por uma “superabundância de acontecimentos” [...]. O aparato de informação deve selecionar esses eventos. Pelo menos, a seleção implica o reconhecimento de que um acontecimento é um evento, e não uma sucessão casual de coisas, cuja forma e cujo tipo subtraem-se à gravação.⁵⁷

⁵³ WOLF, 2003, p. 189

⁵⁴ COHEN *apud* TRAQUINA, 2001, p. 18 e 19

⁵⁵ HORKHEIMER-ADORNO *apud* WOLF, 2003, p. 93

⁵⁶ HALLORAN *apud* WOLF, 2003, p. 183

⁵⁷ TUCHMAN *apud* WOLF, 2003, p. 194

Segundo Altheide⁵⁸, as notícias são o que os jornalistas definem como tais. “Essa tese raramente é explicitada, visto que parte do *modus operandi* dos jornalistas é que os eventos ocorrem ‘fora’, e os primeiros limitam-se, simplesmente, a relatá-los”. Resumidamente, “os produtos jornalísticos expressam a visão de mundo dos profissionais e das empresas para as quais trabalham”.⁵⁹

As escolhas feitas pelos comunicadores não são arbitrárias. Wolf ressalta que “toda notícia requer, portanto, uma avaliação (por mais automática e inconsciente que seja) da disponibilidade e da fidedignidade das fontes, da importância ou do interesse do evento, da sua novidade, além dos critérios relativos ao produto, ao meio e ao formato”.⁶⁰ Por maior que seja o esforço do jornalista em direção à objetividade e à imparcialidade, ele não está livre do campo das estratégias discursivas. Conforme explica Fernandez Jr, “não há sujeito nem discurso sem contexto”:

Ao ser transformado em notícia, o acontecimento, qualquer que seja, é submetido a um processo de produção no qual o jornalista recorre a uma série de estratégias discursivas que podem ser mais ou menos conscientes, mais ou menos controladas, mas que estão presentes, contidas nos textos.⁶¹

Entre os conceitos que centralizam a interferência do comunicador no processo de construção da notícia está a teoria do *gatekeeper* (selecionador). Este conceito foi elaborado por Kurt Lewin⁶² em 1947 a partir do pressuposto de que algumas zonas de canais por onde flui a sequência de comportamentos relativos a um certo campo podem funcionar como “cancelas” ou “porteiros”. Assim como os canais da alimentação, a sequência de uma informação por meio dos canais de comunicação num grupo depende, em grande parte, do que acontece na zona-filtro.

As zonas-filtro são controladas ou por sistemas objetivos de regras ou por *gatekeepers*: nesse caso, um indivíduo ou um grupo tem “o poder de decidir se deixa passar ou interrompe a informação”.⁶³

Pesquisas mostraram que a atuação da “cancela”, ainda que seja influenciada por preferências pessoais, é determinada fortemente por normas ocupacionais, profissionais e organizacionais. Sendo assim, a ação de filtro é exercida *explícita e institucionalmente* ⁶⁴,

⁵⁸ ALTHEIDE *apud* WOLF, 2003, p. 196

⁵⁹ BECKER, 2005, p. 44

⁶⁰ WOLF, 2003, p. 227

⁶¹ FERNANDEZ JR. *apud* BECKER, 2005, p. 54

⁶² LEWIN *apud* WOLF, 2003, p. 184

⁶³ LEWIN *apud* WOLF, 2003, p. 184

⁶⁴ WOLF, 2003, p. 185

superando-se o caráter individualista do *gatekeeper* e acentuando, em particular, a idéia da seleção como processo ordenado hierarquicamente e ligado a uma rede complexa de *feedback*.⁶⁵

“[...] o contexto profissional-organizacional-burocrático circunstante exerce uma influência decisiva nas escolhas dos *gatekeepers*: o já clássico estudo de Breed (1955) sobre o controle social das redações – analisando os mecanismos com os quais é mantida a linha editorial-política dos jornais – assegura que ela (raramente explicitada e discutida) é aprendida por “osmose” e imposta sobretudo mediante o processo de socialização dos jornalistas dentro da redação. A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência, constituído pelos colegas ou superiores”.⁶⁶

Traquina, no entanto, critica a teoria do *gatekeeper*, por considerá-la limitada ao trabalho jornalístico, minimizando outras dimensões importantes do processo de construção das notícias.⁶⁷

Gieber concluiu que o fator predominante sobre o trabalho jornalístico era o peso da estrutura burocrática da organização e não as avaliações pessoais do jornalista, que, segundo Gieber, raramente entravam no processo de seleção. Noutro artigo, Gieber (1964) escreve que as notícias só podem ser compreendidas se houver uma compreensão das *forças sociais* que influenciam a sua produção.⁶⁸

Ao formular a teoria organizacional (1955), Breed lembra outra característica importante do processo de construção da notícia. Segundo ele, “o jornalista conforma-se mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo”.⁶⁹

Avançando nos conceitos que buscam explicar o tratamento dado à notícia pelo jornalista, é importante destacar a abordagem do *newsmaking*, que reúne os critérios de relevância e de “noticiabilidade” e se articula em dois binários: a cultura profissional dos jornalistas; a organização do trabalho e dos processos de produção. Conforme entende Garbarino, na produção de informação de massa a cultura profissional é entendida como:

Um emaranhado inextricável de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, padronizações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às funções da mídia e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que controlam a sua confecção. Posteriormente, a ideologia se traduz numa série de paradigmas e práticas profissionais adotadas como naturais.⁷⁰

Existem também restrições ligadas à organização do trabalho e do processo de produção, sobre os quais se constroem convenções profissionais “que determinam a definição de

⁶⁵ WOLF, 2003, p. 186

⁶⁶ WOLF, 2003, p. 187

⁶⁷ TRAQUINA, 2001, p. 70

⁶⁸ TRAQUINA, 2001, p. 71

⁶⁹ TRAQUINA, 2001, p. 71

⁷⁰ GARBARINO *apud* WOLF, 2003, p. 195

notícia, legitimam o processo de produção (do uso das fontes à seleção dos eventos e às modalidades de confecção) e contribuem para prevenir as críticas do público.⁷¹

Esses critérios de relevância definem a noticiabilidade (*newsworthiness*) de cada evento, ou seja, a sua “aptidão” para ser transformado em notícia. Pode-se dizer também que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias.⁷²

A definição e a escolha do que é noticiável – com respeito ao que, por sua vez, não faz notícia – são sempre orientadas pragmaticamente, isto é, em primeiro lugar, para a “condição factível” do produto informativo a ser realizado em tempos e com recursos limitados.⁷³

Não é preciso apenas que um fato *seja digno* de virar notícia. É preciso, ainda, que *seja possível* torná-lo notícia. Nas redações, é comum que não seja possível fazer uma matéria porque os entrevistados são inacessíveis ou porque não há recursos suficientes, por exemplo. Quando não há impedimentos deste tipo, o jornalista depende apenas dos critérios de noticiabilidade para fazer as suas escolhas.

Os valores-notícia são usados de duas maneiras. São critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de ser incluídos no produto final. Em segundo lugar, eles funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público.⁷⁴

Vejamos, então, quais são os critérios de noticiabilidade estabelecidos por Gans⁷⁵:

1. Critérios substantivos: importância e interesse da notícia

Variáveis:

- 1.1. Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável
- 1.2. Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional
- 1.3. Quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve
- 1.4. Relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação
2. Critérios relativos ao produto: disponibilidade do material e caracteres específicos do produto informativo (o evento é acessível e facilmente tratável nas formas jornalísticas habituais?)
3. Critérios relativos ao meio: na informação televisiva, a avaliação de um acontecimento concerne também à possibilidade de ele fornecer um “bom” material visual
4. Critérios relativos ao público: a referência e o apelo às necessidades, às exigências dos destinatários são constantes

⁷¹ GARBARINO *apud* WOLF, 2003, p. 195

⁷² WOLF, 2003, p. 196

⁷³ WOLF, 2003, p. 197

⁷⁴ GOLDING-ELLIOTT *apud* WOLF, 2003, p. 203

⁷⁵ GANS *apud* WOLF, 2003, p. 208

5. Critérios relativos à concorrência: a situação de competição determina três tendências:

5.1. A mídia compete para obter notícias exclusivas, para inventar seções e para descobrir pequenos furos de reportagem sobre os detalhes

5.2. A competição gera expectativas recíprocas, no sentido de que pode acontecer de uma notícia ser selecionada por se esperar que os meios de comunicação concorrentes também o façam.

5.3. As expectativas recíprocas desencorajam as inovações na seleção das notícias, que poderiam suscitar objeções por parte dos graus hierárquicos superiores: por sua vez, isso contribui para a semelhança das coberturas informativas entre noticiários ou jornais concorrentes.

A seleção dos traços considerados importantes de um acontecimento pelo repórter é definida como *highlightning* por Gans⁷⁶. Segundo ele, essas escolhas são obtidas com o cancelamento dos aspectos previstos e de tudo o que não parece suficientemente importante, novo e dramático. Sendo assim, conforme aponta Wolf, “ao longo dos processos de seleção e de produção, a ênfase procede em espiral, no sentido de que, quando a notícia for confeccionada, restarão apenas algumas ênfases iniciais”.⁷⁷

Darnton ressalta ainda um outro parâmetro utilizado pelos jornalistas ao construir a notícia: a preocupação com os próprios companheiros de profissão, chamados de forma irônica e muitas vezes pejorativa de “coleguinhas”.

Escrevíamos um para os outros. Nosso principal “grupo de referência”, como se poderia dizer na teoria da comunicação, encontrava-se espalhado em torno de nós na sala de redação, ou “buraco da cobra”, como dizíamos. Sabíamos que os primeiros a cair em cima de nós seriam nossos colegas, pois os repórteres são os leitores mais vorazes, e precisam conquistar seu *status* diariamente, ao se exporem a seus colegas de profissão.⁷⁸

Além da influência externa de outros jornalistas, os repórteres também constroem a notícia sob a interferência, consentida ou não, de pessoas interessadas em tirar proveito do poder e da credibilidade da mídia junto ao público para ascender na esfera social, política e/ou econômica.

Para a terminologia do agendamento, os consumidores de notícia correspondem àqueles membros sujeitos à influência dos mídia que ajudam a constituir a *agenda pública*; os *news assemblers* correspondem àqueles que determinam a *agenda jornalística*; e os *news promoters* são constituídos por aqueles que propõem a agenda da política governamental, mas também por outros agentes especializados e membros do *campo político*, cada um com a sua *agenda política*.⁷⁹

Traquina ressalta critérios econômicos que também podem ser determinantes no processo de construção da notícia. O autor lembra que o jornalismo é um negócio, e que, especialmente na televisão, a publicidade impõe sobretudo “a lógica das audiências, seguindo a

⁷⁶ GANS *apud* WOLF, 2003, p. 260

⁷⁷ WOLF, 2003, p. 34

⁷⁸ DARNTON, 1990, p. 72

⁷⁹ TRAQUINA, 2001, p. 21

lógica: mais audiências, mais receitas publicitárias”.⁸⁰ Infelizmente, a escolha do conteúdo seguindo apenas o critério de interesse do público frequentemente leva ao sensacionalismo, conforme lembra Traquina.

Entre todas as teorias e hipóteses abordadas até aqui, as que resumem de forma mais completa a influência do emissor na transmissão da mensagem são as teorias estruturalista e etnoconstrucionista, surgidas nas décadas de 60 e 70. Ambas rejeitam o jornalismo como o espelho da sociedade, e criticam o empiricismo ingênuo dos jornalistas:

Para ambas as teorias, as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da *comunidade profissional*, dentro e fora da sua organização.⁸¹

Especialmente no caso da televisão, Wolf defende que o tratamento da notícia determina a essência da mesma. Segundo ele, a distorção, a fragmentação, a dificuldade de argumentar e de tratar de modo aprofundado e coerente os temas apresentados devem ser atribuídas à maneira como se desenvolve a produção televisiva e aos valores e à cultura profissional que os jornalistas interiorizam e praticam.⁸² Na opinião de Becker, o repórter de TV internaliza um conjunto de procedimentos *padronizados* que determina a sua atuação em campo:

Nunca sai para a rua sozinho; leva sempre uma equipe formada pelo cinegrafista e, dependendo do equipamento, pelo operador de VT/áudio e pelo iluminador. Toda notícia é uma reordenação da realidade, e de uma realidade já influenciada pelo próprio ato de coleta de material audiovisual. A simples chegada da equipe de reportagem de TV é um acontecimento que, em certos casos, afeta o próprio desenvolvimento dos fatos que serão cobertos. Sem dúvida, o repórter e o cinegrafista, entre outros profissionais, também são responsáveis pela produção de sentidos nos noticiários.⁸³

A cultura profissional inclui também o papel e a função que desempenha a *imagem do público*, elaborada pelos jornalistas. Wolf acredita que, apesar de os jornalistas terem à sua disposição referências baseadas em dados e pesquisas sobre a composição, os hábitos e as capacidades do público a que se dirigem, o conjunto desses conhecimento não parece incidir muito sobre os procedimentos de produção nem ser muito apreciado.⁸⁴

Ainda segundo Wolf, a preocupação com a capacidade do público de entender os termos usados nos noticiários reforça não apenas a necessidade de clareza e simplicidade, mas também a imagem tutorial da profissão.

Quando o jornalista deve pensar no tipo de notícias mais relevantes para o público, é mais comum ele exercer a própria opinião sobre as notícias do que buscar dados

⁸⁰ TRAQUINA, 2001, p. 78

⁸¹ TRAQUINA, 2001, p. 86

⁸² WOLF, 2003, p. 201 e 202

⁸³ BECKER, 2005, p. 61

⁸⁴ WOLF, 2003, p. 261

específicos a respeito da composição, do gosto, do desejo daqueles a quem está comunicando.⁸⁵

Wolton, no entanto, lembra que não é fácil informar uma audiência grande e diversificada como a da televisão. Segundo ele, as limitações da imagem incorporam-se às limitações de fazer jornalismo “para um público complexo demais para se caracterizar, pois não se trata de um público popular, nem de um público de elite, e tampouco de um público ‘médio’, mas uma espécie de mistura dos três”.⁸⁶

Ao discutirmos todas essas teorias, concluimos que, a cada fato apurado, o repórter se depara com uma gama imensa de interferências externas e de múltiplas possibilidades de abordagem. É sobre estas últimas de que falaremos nas próximas páginas.

⁸⁵ SCHLESINGER *apud* WOLF, 2003, p. 262

⁸⁶ WOLTON, 1996, p. 75

3 EM BUSCA DO OLHAR DA LIBÉLULA: VER MELHOR E DE DIFERENTES ÂNGULOS

3.1 A MULTIPLICIDADE DE OLHARES SOBRE O MESMO FATO

É possível olhar um mesmo fato de inúmeras formas. Cada visão, de um ângulo diferente, pode resultar na construção de imagens completamente distintas. A corrida de Fórmula 1, por exemplo, traz emoções e informações diversas quando assistida ao vivo ou pela televisão. Na arquibancada do autódromo, o espectador acompanha a rápida passagem dos carros, acompanhada de um ruído ensurdecedor. Pela TV, é possível ter a visão aérea, de dentro dos carros e de diferentes pontos da pista, além das entrevistas nos boxes.

Outro exemplo é citado por DeFleur e Ball-Rokeach, ao analisarem a passagem do General Douglas MacArthur por Chicago. Os autores observaram que a televisão apresenta uma perspectiva única. Enquanto pessoas que estavam no local julgaram o evento sem graça e com poucos atrativos, a TV selecionou cenas e usou ângulos da câmera de modo a aumentar o mais possível a animação dos espectadores.⁸⁷

Bourdieu defende que os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. “Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular”. Para o autor, a televisão convida à *dramatização*, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico.⁸⁸

Essa mesma percepção é reforçada por Sodré. Segundo ele, a televisão não fornece uma reprodução fiel da realidade. A notícia é resultado de vários pontos de vista:

1) do *realizador*, que controla e seleciona as imagens num monitor; 2) do *produtor*, que poderá efetuar cortes arbitrários; 3) do *cameraman*, que seleciona os ângulos de filmagem; finalmente, de todos aqueles capazes de intervir no processo da transmissão. Dessa forma, o veículo impõe ao receptor a sua maneira especialíssima de ver o real. [...] Também os efeitos de montagem e de dramatização, que contribuem para tornar

⁸⁷ DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 281

⁸⁸ BOURDIEU, 1997, p. 25

mais interessante a mensagem, ajudam por outro lado a deformar a realidade comunicada.⁸⁹

Bourdieu afirma que “a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar”.⁹⁰ Conforme aponta Becker, o registro e a veiculação do fato se dá pela adição de *pedaços da realidade*. Segundo ela, isto, se nem sempre é ilusão, no mínimo, é um recorte da realidade, *um enquadramento do real* e não o real em si.⁹¹

Sodré ressalta que a alternância entre *closes* e cenas reduzidas não dá ao espectador a liberdade de escolher o que ele deseja ver em grandes ou pequenos planos.⁹² Passando este pensamento para o sentido figurado, não seria absurdo dizer que o público também não escolhe se o olhar do repórter sobre um fato será próximo e intimista ou distante e generalista:

A sintaxe televisiva, apoiada pela tecnologia eletrônica, permite uma reprodução sintética das muitas possibilidades informativas contidas no sistema dos *mass-media*. A linguagem (ou expressão) televisiva é uma ficção tecnológica da relação de comunicação.⁹³

Traquina enumera os conhecimentos que orientam os passos dos jornalistas na recolha de dados para elaborar a notícia. Eles se perguntam quais são as fontes a serem ouvidas, quais são as perguntas a serem colocadas, quais são os elementos e citações a serem recolhidos, etc:

1) a definição das ocorrências e/ou as questões que merecem ser constituídas em notícia e ganham assim o direito de existir enquanto recurso do discurso nos assuntos públicos e também o direito de figurar na agenda jornalística e 2) a definição das ocorrências e/ou as questões de uma outra forma, nomeadamente, *a definição de seu enquadramento*, isto é, a forma como será apresentada e possivelmente interpretada pela opinião pública.⁹⁴

Falemos então da interpretação pela opinião pública. Voltando à discussão da contribuição – nem sempre positiva – do jornalismo para a vida em sociedade, Gomes lembra o poder *disciplinador* que o olhar do repórter carrega. Segundo ela, o efeito primeiro das mídias em geral é o de trazer à visibilidade. “Ora, trazer à visibilidade é [...] simplesmente mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar: a educação da visão pela determinação do visível”.⁹⁵ Sobre o mesmo ponto, discorrem McCombs e Shaw:

O agendamento é consideravelmente mais que a clássica asserção que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para

⁸⁹ SODRÉ, 1975, p. 61

⁹⁰ BOURDIEU, 1997, p. 24

⁹¹ BECKER, 2005, p. 69

⁹² SODRÉ, 1975, p. 61

⁹³ SODRÉ, 1975, p. 54 e 55

⁹⁴ TRAQUINA, 2001, p. 31, grifo nosso

⁹⁵ GOMES, 2003, p. 75

pensar esses objetos são poderosos papéis do agendamento. [...] A seleção dos tópicos para a agenda jornalística e a seleção de enquadramentos para as histórias acerca desses tópicos são poderosos papéis de agenda-setting e *responsabilidades éticas terríveis*.⁹⁶

É dessa responsabilidade ética de que também trata Becker. A autora ressalta que o telejornal não tem o poder apenas de nos falar, mas também o de conduzir o olhar aquilo que ele mostra, e critica: “todas as reflexões sobre a realidade são criadas e realizadas através do discurso, não há sujeitos ou sujeito, não há pluralidade de idéias, elas são normalizadas e não representativas”.⁹⁷

Independente de como a notícia vai ser digerida pelo receptor, ela sai da ilha de edição *lapidada sob determinado(s) ponto(s) de vista*. O VT não fica aberto à mesma gama de interpretações que a matéria bruta recebida pelo editor. Ele trabalha a matéria *limitando e orientando sentidos*. E, contraditoriamente no exercício da sua própria função, *já não pode experimentar tantas interpretações*, quanto a situação presenciada por cinegrafistas e repórteres permitia.⁹⁸

A autora fala ainda das técnicas usadas pelos jornalistas para garantir que essa multiplicidade de olhares possíveis seja escamoteada e passe despercebida pelo público. Segundo ela, no caso da TV, a edição promove o encadeamento de seqüências num raciocínio lógico, construindo uma realidade perfeitamente harmônica. Esses elementos de construção da credibilidade ficam ainda mais claros nas transmissões ao vivo.

Os locais que escolhem para gravar as suas passagens, os textos em que aparece no vídeo no início, no meio, ou no final da matéria, assinando a reportagem, não são aleatórios. O ambiente visual, as instalações, os objetos e as pessoas em referência atribuem sentidos ao fato social e reafirmam o que está sendo apresentado. [...] O olhar da câmera, constituído por planos de filmagem diferenciados, nos remete diretamente para o cenário da telerrealidade e o uso de localizadores lingüísticos como este, aqui, neste momento, de lá, ao vivo, olha aqui, nos transmite a sensação de que o fato ocorre no momento da emissão da notícia.⁹⁹

Além disso, imagens e entrevistas seriam responsáveis por autenticar o que é dito em *off*, e a cabeça do locutor reforçaria as informações. “Tudo é montado para que o telespectador não tenha dúvidas de que o discurso que ele assiste é o real, e não uma elaboração deste”, afirma Becker.¹⁰⁰

Na última etapa deste processo, a de apresentação do telejornal, o apresentador/âncora é a figura que busca passar o máximo de neutralidade e imparcialidade. Mas, como destaca Becker, ele “na verdade faz escolhas, julga o tempo todo a sociedade na expressão das

⁹⁶ MCCOMBS e SHAW *apud* TRAQUINA, 2001, p. 33, grifo nosso

⁹⁷ BECKER, 2005, p. 56

⁹⁸ BECKER, 2005, p. 62, grifos nossos

⁹⁹ BECKER, 2005, p. 87

¹⁰⁰ BECKER, 2005, p. 62

mensagens”.¹⁰¹ As escolhas feitas pelos jornalistas, no entanto, não são inteiramente livres, como lembra Traquina.

Essa escolha é orientada pela aparência que a “realidade” assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas. Segundo Wolfsfeld (1991), os acontecimentos propriamente ditos oferecem freqüentemente um ponto de partida para a construção de enquadramentos midiáticos, apesar das discordâncias acerca do que *realmente* aconteceu.¹⁰²

Uma das formas mais claras de se observar a multiplicidade de olhares possíveis no jornalismo e a contraditória limitação de apenas um ou dois ângulos nas notícias que acompanhamos é analisar as fontes ouvidas pelos repórteres. Um exemplo desta constatação está na pesquisa do noticiário sobre violência realizado por Ramos e Paiva, do Centro de Estudos e Cidadania da Universidade Cândido Mendes. Segundo elas, as fontes ouvidas em matérias de criminalidade e segurança pública no Brasil são, em sua maioria, as oficiais: as polícias militar, civil e federal, as secretarias de segurança pública, etc. Especialistas e entidades da sociedade civil organizada correspondem a menos de 5% das fontes ouvidas no conjunto dos textos analisados.

Essa ausência da sociedade civil como personagem e como fonte tende a alijar do noticiário e das discussões certos temas fundamentais: por exemplo, o dos direitos humanos, o da violência enquanto fenômeno social, os de raça/etnia, de gênero e da violência doméstica. O resultado final é uma cobertura não só com pouca contextualização dos fatos apresentados, mas também com baixíssima diversidade temática e de pontos de vista – ou, o que é pior, muito dependente, ainda, da perspectiva de delegados e oficiais de polícia.¹⁰³

As pesquisadoras destacam que a consequência mais grave desta dependência das fontes oficiais é que diminui a capacidade da imprensa de criticar as ações das forças de segurança.¹⁰⁴

Bourdieu também critica a relação entre imprensa e fontes, às quais ele se refere como “*fast-thinkers*”. Estas seriam pessoas que estão sempre dispostas a dar entrevistas no clamor dos fatos, muitas vezes sem pensá-las criticamente, em primeiro lugar, por falta de tempo hábil. São os chamados *habitués* da mídia, que sempre falam sobre determinados assuntos.

Se a televisão privilegia certo número de *fast-thinkers* que propõem *fast-food* cultural, alimento cultural pré-digerido, pré-pensado, não é apenas porque (e isso faz parte também da submissão à urgência) eles têm uma caderna de endereços, aliás, sempre a mesma (sobre a Rússia, são o sr. ou a sr. X, sobre a Alemanha, é o sr. Y): há falantes obrigatórios que deixam de procurar quem teria realmente alguma coisa a dizer, isto é,

¹⁰¹ BECKER, 2005, p. 62

¹⁰² TRAQUINA, 2001, p. 87

¹⁰³ RAMOS e PAIVA, 2005

¹⁰⁴ RAMOS e PAIVA, 2007, p. 37

em geral, jovens ainda desconhecidos, empenhados em sua pesquisa, pouco propensos a frequentar a mídia, que seria preciso ir procurar, enquanto que se tem à mão, sempre disponíveis e dispostos a parir um artigo ou a dar entrevista, os *habitués* da mídia.¹⁰⁵

Bourdieu lembra outro estudo de caso interessante que, embora europeu, lembra a cobertura brasileira das comunidades pobres. Em vez de termos vários olhares das favelas do Rio de Janeiro, por exemplo, o que vemos, salvo raríssimas exceções – e essas acontecem principalmente no cinema, e não no jornalismo – são notícias relacionadas a violência ou ilegalidade.

Em *La Misère du monde*, Patrick Champagne consagrou um capítulo à representação que a mídia dá dos fenômenos ditos de “subúrbio”, e ele mostra como os jornalistas, levados a uma só vez pelas propensões inerentes à sua profissão, à sua visão do mundo, à sua formação, às suas disposições, mas também pela lógica da profissão, selecionam nessa realidade particular que é a vida dos subúrbios um aspecto inteiramente particular, em função de categorias de percepção que lhes são próprias.¹⁰⁶

Outro exemplo de cobertura “caolha”, desta vez abordado por Kucinski, e o das colunas econômicas. Na opinião do autor, estas “são um misto de consultoria e descrição dos fatos, e a perspectiva crítica alça-se, no máximo, a registrar os “enganos” no governo”. Para ele, em um jornalismo econômico feito dessa forma, “é a independência que sai perdendo”.¹⁰⁷

Ramos e Paiva sinalizam caminhos para ultrapassar esse olhar limitado e, por conseqüência, defeituoso do repórter: o estabelecimento de novos canais de diálogo com a sociedade e a exigência de mais transparência por parte das autoridades. As pesquisadoras também ressaltam, na mesma linha de Bourdieu, a necessidade de uma agenda reforçada: “para obter uma cobertura mais plural, a imprensa precisa colocar como prioridade o estabelecimento sistemático de relações com pesquisadores, ONGs e lideranças comunitárias.”¹⁰⁸

Assim como a busca pela verdade, objetividade e imparcialidade inalcançáveis, a busca pela representação de todos os olhares possíveis é vã. Como afirma Becker, “nunca as representações ficcionais [...] podem dar conta da multiplicidade de perspectivas e da complexidade de processos e procedimentos da dinâmica das experiências cotidianas”.¹⁰⁹

Mas a tentativa de dar espaço a múltiplos olhares sobre um mesmo fato vem sendo facilitada e cobrada pela própria tecnologia eletrônica. Com o advento da Internet, o repórter do grande jornal não é mais o único a retratar a realidade e a escolher qual deve ser o ponto de vista privilegiado. O acesso à rede permite que o receptor, em qualquer parte do mundo, abandone a

¹⁰⁵ BOURDIEU, 1997, p. 41

¹⁰⁶ BOURDIEU, 1997, p. 25

¹⁰⁷ KUCINSKI, 1998, p. 8 e 9

¹⁰⁸ RAMOS e PAIVA, 2007

¹⁰⁹ BECKER, 2005, p. 52

posição passiva e passe a olhar um acontecimento pelo ângulo de um blogueiro, da mídia alternativa ou de especialistas que agora têm um espaço incomensurável para a divulgação dos seus trabalhos.

Sem dúvida, a idéia da imprensa como um guardião – decidindo que tipo de informação o público deve saber e qual não – não mais define bem o papel do jornalismo. Se o *New York Times* decide não publicar uma matéria, pelo menos um dos inúmeros sites na Internet, os radialistas ou os partidários de algum grupo darão a informação. [...] O crescimento da Internet e a chegada da banda larga, contudo, não significam, como dizem alguns observadores, que se tornou obsoleto o conceito que obriga, na hora de definir as notícias, a aplicação do bom senso na tentativa de decidir o que o cidadão precisa e quer para poder se autogovernar. Ao contrário, esse conceito só tem crescido.¹¹⁰

Na opinião de John Seeley Brown, ex-diretor da Xerox PARC, a tecnologia, em vez de enfraquecer a noção de serviço público do jornalismo, mudou a forma como os jornalistas cumprem essa missão. “O que precisamos na nova economia e na nova cultura de comunicação é dar sentido às coisas. [...] os jornalistas necessitam de ‘habilidade para olhar as coisas sob múltiplos pontos de vista e habilidade para chegar a fundo’ nas questões analisadas”,¹¹¹ disse ele. Fuller compartilha da mesma opinião. Para ele, não importa o que dizem os céticos, as pessoas ainda acreditam fervorosamente em significado: “querem o quadro completo, não só uma parte... Estão cansadas de discussões polarizadas”.¹¹²

Neste mesmo sentido, um dos editores do *New York Times* à época, Bill Keller, em entrevista aos estudiosos Kovach e Rosenstiel, comparou a expectativa que existe sobre a profissão de jornalista a de outras profissões que contribuem e determinam a vida em sociedade:

Não achamos irracional esperar que jurados produzam veredictos justos, professores ensinem lições honestas, historiadores escrevam história imparcial, cientistas pesquisem sem preconceitos. Por que deveríamos determinar metas menos ambiciosas para maus jornalistas? [...] Seja ou não a objetividade possível – não acredito que estejamos aqui com essa finalidade... Nós lutamos por uma cobertura que busque, com todo empenho, dar ao leitor *o máximo de informação para que ele próprio tire suas conclusões*. Esse é o nosso mais nobre ideal.¹¹³

Dar ao receptor o máximo de informação não apenas sobre o fato noticiado, mas também sobre a forma como se noticia poderia ampliar a percepção do público, revelando sob que condições e quais critérios a matéria jornalística foi construída.

¹¹⁰ KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 40 e 41

¹¹¹ KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 40 e 41

¹¹² KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 70

¹¹³ KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 68 e 69, grifo nosso

3.2 CONTRUÇÃO DA NOTÍCIA: UM PROCESSO DESCONHECIDO PELO PÚBLICO

Especialmente na televisão, onde o nosso objeto de estudo é veiculado, o apelo da imagem faz com que a sensação de verdade seja ainda maior. Sodré afirma que “a tendência da cultura de massa é ocultar as circunstâncias de sua produção e sua recepção, ou seja, a verdadeira natureza de seu código”.¹¹⁴ Ao escamotear o processo de construção da notícia, escolhas e versões, acaba-se por criar e fortalecer uma concepção de realidade única, quando, na verdade, a apresentação da notícia não passa de uma, entre muitas, possíveis verdades construídas.

Em vez de mostrar ao público sua essência, o jornalismo optou, através da história, por criar, ao contrário, uma atmosfera de “intocável”, que teoricamente lhe dá credibilidade. DeFleur e Ball-Rokeach afirmam que o estudo da comunicação existe há muito tempo, mas nunca desfrutou do prestígio popular ou das realizações visíveis de muitas disciplinas científicas tradicionais. “Isso é o que ocorre indiscutivelmente por muitas razões, incluindo a complexidade do assunto e o fato de que o que *tem sido* aprendido fica em grande parte escondido do público em obras esotéricas de filósofos, cientistas sociais e outros eruditos”, defendem os autores.¹¹⁵

O motivo para isso, como já foi dito, está relacionado às exigências que pesam sobre a profissão, tanto por parte dos comunicadores como por parte do público. Embora tenhamos tratado de forma *natural* o jornalismo até aqui não como verdade, mas como fruto de um processo de escolhas, não é assim que geralmente ele quer ser visto.

Isso significa dizer que dificilmente os jornalistas aceitam qualquer ataque à “teoria do espelho”, porque a legitimidade destes profissionais é fruto da crença das notícias como reflexo da realidade.¹¹⁶ Os conceitos de objetividade, imparcialidade e verdade são inalcançáveis, mas como admitir isso para o público, se o comunicador pode ser mal interpretado e perder a sua credibilidade e, posteriormente, a sua receita publicitária?

[...] o que o sociólogo descreve como uma consequência inevitável da organização da produção, o jornalista entende como uma acusação de manipulação ou de incompetência.¹¹⁷

Kovach e Rosenstiel destacam a pesada carga que existe sobre a ética e o julgamento do jornalista e da organização onde ele trabalha: “no fim das contas o jornalismo é uma questão

¹¹⁴ SODRÉ, 1984, p.

¹¹⁵ DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 246

¹¹⁶ TRAQUINA, 2001, p. 68

¹¹⁷ GOLDING-ELLIOTT *apud* WOLF, 2003, p. 198

de caráter”.¹¹⁸ Os autores ressaltam que na imprensa não existem leis, regulamentos, nem licenças e muito menos um autopolicamente não formal.

Esse seria um desafio difícil em qualquer outra profissão. Mas no jornalismo existe ainda outro obstáculo: a tensão entre o papel de serviço público do jornalista – aspecto que justifica seu espírito invasivo – e a função comercial que financia o trabalho.¹¹⁹

No entanto, tornar de conhecimento público o processo de construção da notícia pode, ao contrário, tornar os comunicadores mais livres, como defende Pierre Bourdieu: “desvelar as restrições ocultas impostas aos jornalistas [...] não é denunciar responsáveis, apontar culpados. É tentar oferecer a uns e outros uma possibilidade de se libertar, pela tomada de consciência, da influência desses mecanismos”.¹²⁰ É fundamental que jornalistas e público concordem com a asserção de Larson: “as boas histórias nos levam à verdade; elas não nos dizem a verdade”.¹²¹

Para manter a atmosfera de credibilidade e escamotear o processo de construção da notícia do público, o jornalista utiliza diversos elementos. Entre eles, estão a edição e a empatia com o repórter/apresentador. Como aponta Wolf, a fase de confecção e apresentação dos acontecimentos dentro do formato e da duração dos noticiários consiste justamente em anular os efeitos dos limites provocados pela organização da produção, para “restituir” à informação o seu aspecto de espelho do que ocorre na realidade externa, independentemente do aparato informativo.¹²² “O processo de tratamento não pode ser explicitado nos noticiários, pois, nesse caso, violaria a crença do público na exigência do aparato de não criar as notícias, mas apenas relatá-las”.¹²³

Sodré destaca que a verdadeira comunicação implica na comunhão, na troca flexível de idéias, formas de vida e aspirações. Enquanto este processo é imperfeito e cheio de contradições, as matérias jornalísticas são transmitidas como coesas, objetivas e bem acabadas, características necessárias ao produto com o padrão de qualidade televisivo – no caso do Brasil, o padrão Globo de qualidade. A moderna tecnologia da informação dissolveria a espontaneidade da troca, artificializando-a, unilateralizando-a.¹²⁴

A função social do sistema é levar o público a assumir atitudes compatíveis com o estado atual dos conhecimentos, ajustado à sua ótica, sua visão-de-mundo, à realidade tal como se lhe apresenta aos olhos. Para bem cumprir tal função, o sistema

¹¹⁸ KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 273

¹¹⁹ KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 273

¹²⁰ BOURDIEU, 1997, p. 117

¹²¹ KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 240

¹²² WOLF, 2003, p. 259

¹²³ ALTHEIDE *apud* WOLF, 2003, p. 258

¹²⁴ SODRÉ, 1984, p. 134

representado pela televisão deve *esconder o que não se pode mostrar* – tudo aquilo que ponha em dúvida, desestruture ou desarticule a univocidade do código.¹²⁵

Voltando ao caso específico da televisão, Sodré cita algumas “ilusões de objetividade” fabricadas por esta mídia. Entre elas, estão a seleção das imagens mais atraentes pelo *cameraman*, a dramatização do que se passa pelo repórter e os efeitos de continuidade operados através dos monitores. Esse aparato, segundo o autor, implicaria em uma armadilha para o público: “certo de defrontar-se com o real, este pode deixar-se influenciar ainda mais pela mensagem, *entregando-se sem rédeas* aos processos de identificação e projeção”.¹²⁶ Está, nesse ponto, o grande perigo das ilusões de objetividade: a TV “tende a conformar o indivíduo à sua pseudo-objetividade”.¹²⁷

Na mesma linha de raciocínio, Becker afirma que o receptor se reconhece, identifica-se e muitas vezes abre mão de sua visão crítica ao consumir as notícias. Dessa forma, ele se torna “um ser idêntico a todos e a cada um, *principalmente quando desconhece as estratégias discursivas dos telejornais*”.¹²⁸

Juvenal Zanchetta Júnior, em *Imprensa escrita e telejornal*, afirma que a resistência à manipulação é construída a partir da informação anterior, vinda da vivência, da memória ou do conhecimento do contexto, e acrescenta: “sem a instalação dessas imunidades na consciência do receptor da comunicação, sua contaminação pela versão manipuladora é instantânea”.

Dessa forma, concluímos que as “armas” a que o público deve se agarrar ao consumir Jornalismo (um jornalismo profundamente contaminado pelas assessorias de imprensa) são o pensamento crítico e a análise contextual – armas letais contra a manipulação.

Novas leituras do conceito de indústria cultural apontam, porém, como alguns pioneiros já assumiam, que a transformação da obra de arte em mercadorias, abre novas possibilidades para as relações entre as massas e a arte, as quais passam a contar com instrumentos eficientes de mudança e renovação das estruturas sociais. Portanto, os produtos da(s) indústria(s) cultural(is) podem ser compreendidos tanto como instrumentos de conservação, quanto de transformação.¹²⁹

Fazer algo nesse sentido, no entanto, não é fácil. Já assistimos algumas vezes a programas de *making off* da notícia, mas eles geralmente se mostram superficiais. Em vez de se preocuparem em mostrar as escolhas feitas pelo repórter durante a apuração, os conflitos éticos, as técnicas de edição, etc., esses programas especiais são, em sua maioria, encenados. Além

¹²⁵ SODRÉ, 1984, p. 134

¹²⁶ SODRÉ, 1984, p. 61, grifo nosso

¹²⁷ SODRÉ, 1984, p. 62

¹²⁸ BECKER, 2005, p. 62, grifo nosso

¹²⁹ BECKER, 2005, p. 51

disso, eles se concentram em mostrar a parte técnica que envolve a notícia, tirando o foco da interferência do emissor.

Mesmo quando a TV decide se mostrar e revelar sua técnica ou os procedimentos técnicos, ela se torna o espetáculo em si. A demonstração da técnica tende a eliminar qualquer mistério, qualquer dúvida sobre a produção, reafirmando a sua transparência. E nós, sem perceber, temos a sensação de dominar o acontecimento.¹³⁰

A própria autora, no entanto, afirma: “a TV tem um papel de conservação das relações de poder, mas também de vanguarda”.¹³¹ Há, portanto, canais de transformação possíveis. Teobaldo sugere: “é desorganizando o discurso lógico, fazendo a contínua deslocação da ordem ‘natural’ das coisas, que o profissional de TV se personaliza, porque reveste o habitual de novos estímulos e significados”.¹³²

Becker sugere, ainda, novas histórias públicas e novas maneiras de contar essas histórias. “Isso significa evitar cópias e padronizações na seleção e na realização das notícias e investir em histórias que digam respeito à vida, ao desenvolvimento da cidadania e ao enriquecimento cultural dos brasileiros”.¹³³

A introdução da reflexão no noticiário também é uma forma de fazer um jornalismo melhor. Esta mudança, conforme aponta Coelho Filho, significaria mudanças no formato da notícia: “as reportagens ficam mais longas, as edições mais elaboradas, o trabalho das câmeras mais autoral e até a apresentação – a parte mais visível do modelo consagrado – sofre impacto sensível”.¹³⁴

Bucci também defende o abandono do que chama de “impostura da neutralidade”: “saber-se parte do fato – e ver no fato uma parte constitutiva do relato – não o desarmará, não o desautorizará, mas ao contrário: irá ajudá-lo a ser um relato mais crítico e mais capaz de dar conta da complexidade enorme do mundo que o engole”.¹³⁵

A conduta dos meios de comunicação desde o caso Collor sugere que é possível um padrão mais democrático de jornalismo, a despeito da persistência das formas oligárquicas e monopolísticas de propriedade dos meios de comunicação de massa, desde que se modifique a cultura e o *éthos* do jornalismo.¹³⁶

Traquina, por sua vez, acredita na melhor preparação dos jovens profissionais como um dos caminhos possíveis para atender as exigências – caracterizadas pelo autor como

¹³⁰ BECKER, 2005, p. 69

¹³¹ BECKER, 2005, p. 107

¹³² TEOBALDO *apud* BECKER, 2005, p. 151

¹³³ BECKER, 2005, p. 152

¹³⁴ COELHO FILHO *apud* BECKER, 2005, p. 152

¹³⁵ BUCCI *apud* GOMES, 2003, p. 13

¹³⁶ KUCINSKI, 1998, p. 34

“terríveis” – que pesam sobre eles. Na mesma linha de Kucinski, ele defende que “só a *cegueira provocada pela ideologia jornalística* pode explicar que alguns jornalistas insistam em pretender que o seu trabalho se limite à identificação dos fatos e à simples recolha e transmissão de *relatos*”.¹³⁷ Traquina defende o fomento à reflexão sobre a deontologia e os ideais que levam os jovens a identificarem o jornalismo com a procura da verdade.

Perante as altas responsabilidades sociais dos jornalistas, é tempo de reconhecer que a preparação dos futuros profissionais do campo jornalístico passa por uma formação universitária que privilegia uma formação sólida nas ciências sociais e humanas, incluindo as ciências da comunicação, e não a aprendizagem técnica, como alguns elementos mais retrógrados da profissão ainda defendem no início do século XXI.¹³⁸

Mais que uma mudança na cultura profissional do jornalista, tornar público e notório o estudo da comunicação deve ser uma das prioridades de uma jovem democracia. “[...] o desenvolvimento do ensino da política e do ensino crítico dos média tornam-se vitais ao longo de todo o processo educativo, pois é a própria construção de um edifício democrático sólido e durável que [fortalece] qualquer *frágil cultura democrática*”.¹³⁹

[...] os média noticiosos, tanto os proprietários como os seus profissionais, não devem continuar a enterrar a cabeça na areia, continuar a gritar “Olha o lobo” em resposta a toda e qualquer crítica, continuar a ignorar as suas profundas responsabilidades sociais enquanto participantes ativos na construção da realidade. E os próprios cidadãos precisam envolver-se nos seus próprios assuntos cívicos, e não esconder-se por trás de uma crítica generalizada, que é muitas vezes uma máscara que esconde a sua incompetência.¹⁴⁰

Outra mudança necessária apontada por Traquina é apontar a sua estratégia e a cobertura jornalística não para as fontes habituais, mas para os cidadãos e a sua capacidade de compreensão dos assuntos cívicos e de avaliação crítica das notícias. Segundo o autor, ao assumir plenamente a sua cidadania, o público deve vigiar o “Quarto Poder”.¹⁴¹

O público é inteligente, e muitas vezes, no mundo todo, os programas não estão à altura das suas demandas e capacidades. São as elites que se enganam sobre a qualidade do olhar! O público assiste ao que lhe oferecemos, mas não é bobó e sim tributário da oferta. A responsabilidade essencial é, portanto, sempre daqueles que fabricam e dirigem a televisão. São esses que muitas vezes não estão à altura das aspirações e da capacidade do público... Limitar as ambições da televisão é limitar as ambições da democracia de massa.¹⁴²

Vejamos, então, alguns dos obstáculos a serem superados por aqueles que buscam a mudança, especialmente na televisão brasileira – instrumento, simultaneamente, de opressão e democracia.

¹³⁷ TRAQUINA, 2001, p. 46 e 47, o primeiro grifo é nosso

¹³⁸ TRAQUINA, 2001, p. 46 e 47

¹³⁹ TRAQUINA, 2001, p. 44

¹⁴⁰ TRAQUINA, 2001, p. 189

¹⁴¹ TRAQUINA, 2001, p. 189

¹⁴² WOLTON, 1996, p. 8

3.3 OBSTÁCULOS A SEREM SUPERADOS

Até aqui, falamos de forma romântica da necessidade de tornar público o processo de construção da notícia. Mas, com os pés no chão, dedos no teclado e mãos no microfone, sabemos que essa não é uma tarefa nada fácil. Jornalistas, anunciantes e os “donos” da mídia temem que a desmistificação da profissão de repórter tire a credibilidade da notícia e, conseqüentemente, seus empregos e suas receitas. Transformar o modo como as pessoas vêem o jornalismo pode significar, para essas pessoas, a desestruturação de alicerces nada democráticos construídos através da história.

Na TV, como defende Kucinski, esse desafio é ainda maior. Segundo ele, a televisão brasileira é hegemônica na formatação do espaço público e dominada por uma empresa com forte vocação monopolística: a Rede Globo.¹⁴³

Enquanto na maioria das democracias liberais avançadas a audiência de TV é repartida entre diversas redes, e suas programações têm de se ater ao princípio da neutralidade político-partidária, no Brasil uma rede apenas, sob o comando da TV Globo, domina a audiência [...]. Essa rede tornou-se um centro das articulações políticas das elites dominantes e de definição dos destinos do país – uma instituinte de história.¹⁴⁴

Como já dissemos anteriormente, é pelos meios de comunicação – especialmente pela televisão – que o grande público percebe os assuntos atuais, adquire novos hábitos e desenvolve uma linguagem comum. Durante a ditadura militar (1964-1979), a TV contribuiu, nitidamente, para o controle social. Isso se deu, por exemplo, através do silenciamento de vozes dissidentes.¹⁴⁵

O regime militar implantou a vasta infra-estrutura de telecomunicações que possibilitou à TV Globo consolidar seu império de mídia num território de tamanho continental. Na sua retirada, deixou a Rede Globo como a nova fortaleza do poder; deixou nos meios de comunicação de massa uma cultura de complacência e no *éthos* do jornalista o traço da autocensura.¹⁴⁶

Segundo Kucinski, as Organizações Globo são um dos maiores conglomerados de mídia do mundo e a única rede com domínio hegemônico da audiência numa sociedade de grande porte e formalmente democrática. “Desde [o regime militar] [...], ela tem sido leal ao projeto das elites de substituir o mando autoritário por uma modalidade de democracia controlada, na qual a grande massa [...] seja espectadora e não protagonista”.¹⁴⁷ Entende-se ainda que a imprensa brasileira é formada por empresas familiares, nas quais os jornalistas em cargos executivos são

¹⁴³ KUCINSKI, 1998, p. 16

¹⁴⁴ KUCINSKI, 1998, p. 16

¹⁴⁵ KUCINSKI, 1998, p. 18

¹⁴⁶ KUCINSKI, 1998, p. 20

¹⁴⁷ KUCINSKI, 1998, p. 28 e 29

entendidos como profissionais de confiança dos proprietários, e cuja lealdade é para com os donos do jornal, não para com o interesse público.¹⁴⁸

[...] a autocensura determinou o padrão de controle da informação durante os 15 anos de regime autoritário, sendo os demais métodos, inclusive a censura prévia, assessórios e instrumentais à implantação da autocensura. Sua prática prolongada pode ter gerado uma cultura jornalística na qual se destacam a compulsão à unanimidade, o simulacro, o desprezo pela verdade nos momentos críticos ao processo de criação do consenso e, especialmente, a autocensura. Chamaremos a esse comportamento de “síndrome da antena parabólica”.¹⁴⁹

Está aí, portanto, o primeiro grande obstáculo a ser superado por aqueles que buscam fazer um jornalismo que não se apresente como verdade e que forneça múltiplos olhares aos consumidores da notícia. Não é fácil mudar as bases da produção jornalística brasileira, caracterizada por um forte monopólio e marcada por exemplos antidemocráticos.

Outro desafio, que se coloca em maior escala sobre os jovens repórteres, é a forte concorrência do mercado jornalístico. Essa competitividade, muitas vezes, impede que os profissionais coloquem opiniões divergentes para os seus superiores. O repórter comum, num mercado saturado por 150 escolas de jornalismo, é arbitrariamente demitido por qualquer incidente menor e não tem direitos estatutários à livre opinião e nem garantia de emprego.¹⁵⁰ “Atinge a taxa anômala de 30% ao ano a rotatividade nas redações, fazendo das demissões um instrumento de intimidação ou controle social”.¹⁵¹

Deixando ainda menos otimistas as projeções, um estudo realizado pelo governo americano mostra que o mercado jornalístico não é nada promissor. A pesquisa prevê que as vagas de repórteres, nos Estados Unidos, crescerão apenas 5% na próxima década. Reportagem do site “Comunique-se” repercutindo o estudo afirma que, no Brasil, as vagas nas faculdades de Comunicação Social crescem em número superior às vagas no mercado, gerando constantemente demissões em massa.

Esses são apenas dois exemplos dos inúmeros desafios que se colocam frente aos jornalistas. Eles dão uma vaga idéia da dificuldade que encontramos ao tentar somar ao processo de construção da notícia. Um exemplo interessante de decepção ao tentar transformar idealismo em realidade é narrado por Darnton. Em “O Beijo de Lamourette”, o autor transcreve uma carta

¹⁴⁸ KUCINSKI, 1998, p. 69

¹⁴⁹ KUCINSKI, 1998, p. 51

¹⁵⁰ KUCINSKI, 1998, p. 27

¹⁵¹ KUCINSKI, 1998, p. 27

enviada a um produtor que pediu que ele fizesse a revisão de um roteiro de televisão sobre Napoleão e Josefina.

Pensei que seria fascinante ver uma versão hollywoodiana do período que eu estudo. Meus estudos também abrangem a história da cultura popular, e dessa forma o senhor me oferecia uma possibilidade de modelar a cultura que seria transmitida para milhões de americanos. Seu telefonema foi como uma intimidação para deixar de lado minhas monografias: era uma oportunidade de fazer algo, do meu cantinho profissional, pela qualidade da história que chega ao público em geral. E, como os professores são tão gananciosos como qualquer outra pessoa, pensei que poderia ganhar algum dinheiro. Como o senhor me avisou que o roteiro seria para uma dramatização histórica, eu esperava encontrar alguns diálogos fictícios, e tentei abandonar o detalhismo até onde um professor é capaz. Eu estava preparado para o pior.¹⁵²

A partir daí, o autor relata uma série de inverdades gritantes no roteiro, e conclui dizendo que a história não pode ser convertida em qualquer coisa que impressione nossa fantasia. “Não podemos ignorar os fatos nem nos poupar o trabalho de desenterrá-los, só porque ouvimos falar que tudo é ‘discurso’”.¹⁵³ Esse mesmo aprendizado pode ser aplicado no jornalismo.

O repórter não pode ceder às tentações do sensacionalismo e abrir mão de tratar do que realmente importa como forma de contribuição para a vida em sociedade. “Magnus Enzensberger, filósofo alemão, chega a propor uma práxis jornalística baseada na manipulação consciente da informação, argumentando que a verdadeira questão não é se há ou não manipulação, mas quem manipula e com que interesse”.¹⁵⁴

Felizmente, para usar uma metáfora da biologia, caracteres adquiridos não são geneticamente transmissíveis. É sabido também que novas gerações tendem a repudiar os valores de suas antecessoras. Esperamos, portanto, que à medida que o tempo passe vá desaparecendo de nosso jornalismo a herança da autocensura, a síndrome da antena parabólica.¹⁵⁵

Como lembra Sobrinho, “mais do que nunca é preciso entender que o jornalismo é uma das formas de defesa dos direitos fundamentais do homem. [...] E essa certeza é dada pelo comprometimento do verdadeiro profissional com a ética”.¹⁵⁶

O compromisso com o papel social do jornalismo exige, portanto, buscar mecanismos para o que consideramos fundamental ao exercício da profissão: ver melhor e de diferentes ângulos. Algo como a visão de um inseto, multifocal e preciso. Algo como a visão da libélula, constituída por uma combinação de milhares de pequenos olhos, chamados omatídeos. Uma libélula chega a ter 30 mil omatídeos por olho. Cada um deles ocupa um lugar distinto, apontando

¹⁵² DARNTON, 1990, p. 64

¹⁵³ DARNTON, 1990, p. 69

¹⁵⁴ KUCINSKI, 1998, p. 52

¹⁵⁵ KUCINSKI, 1998, p. 69

¹⁵⁶ SOBRINHO, 2007

para uma direção diferente. Este conjunto capta um amplo campo de visão, além de permitir uma rápida detecção de movimento – essencial para o inseto detectar um predador.¹⁵⁷ No jornalismo, ampliar a visão do repórter poderia dificultar a autocensura e as limitações impostas por um mercado de trabalho predatório.

¹⁵⁷ Disponível em: <http://www.drvisao.com.br/ler_notas.php?id=791>. Acesso em: 25 nov. 2007.

4 ESTUDO DE CASO: “PROFISSÃO REPÓRTER”

4.1 SOBRE O QUADRO

Essa pesquisa parte da incontestável multiplicidade de olhares e versões sobre uma mesma notícia – já analisada e referendada por inúmeros teóricos da comunicação – para analisar uma tentativa prática de mostrar o processo de construção da notícia no quadro “Profissão Repórter”, em um programa dominical popular como o “Fantástico”, na maior e mais assistida emissora do País, a “TV Globo”. “Profissão Repórter” se autodefine da seguinte forma:

Caco Barcellos e uma equipe de jovens repórteres vão às ruas, juntos, para mostrar diferentes ângulos do mesmo fato, da mesma notícia. Cada repórter tem sempre uma missão, um desafio a cumprir. Será que eles vão conseguir? No “Profissão Repórter”, você acompanha tudo. Os desafios da reportagem. Os bastidores da notícia.¹⁵⁸

Aplicando as teorias existentes sobre a prática desenvolvida no “Profissão Repórter”, proponho uma análise crítica do programa, para refletir a respeito da multiplicidade de olhares no jornalismo. Pretendo fazer um recorte da visão crítica do jornalista em um programa baseado na metaleitura profissional, ou seja, no que o jornalista mostra ao pretender revelar o que ele mesmo faz dentro de uma estrutura midiática.

O “Profissão Repórter” não nasceu com Caco Barcellos. O quadro estreou em 10 de abril de 1994 e saiu do ar em 13 de setembro de 1998. Essa primeira versão contou com as reportagens de Márcio Gomes, hoje apresentador do RJTV 1ª edição, Valéria Probatto, agora responsável pelo Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, Helena Duncan, hoje sócia-diretora da X-Press Assessoria em Comunicação e Tim Lopes, morto em 2002 por traficantes do Complexo do Alemão enquanto fazia uma matéria em um baile funk na favela Vila Cruzeiro.

A nova edição, comandada pelo premiado repórter Caco Barcellos desde abril de 2006, conta hoje com seis “focas” – jornalistas recém-formados –, dois cinegrafistas, duas editoras, dois editores de imagem e um diretor. Os perfis dos jovens repórteres, disponíveis no site do programa, mostram a preferência por profissionais que já trabalhavam na TV Globo e que sejam capazes de trabalhar ao longo de todo o processo de construção da notícia:

Ana Paula Santos - começou no jornalismo como estagiária da TV Globo em 2003 e trabalhou como produtora de jornais locais da emissora. Ainda na faculdade participou de um projeto sobre a comunidade negra no Brasil que gerou um documentário sobre o

¹⁵⁸ Disponível em: <www.globo.com/profissaoreporter>. Acesso em: 15 nov. 2007

tema: "A mulher negra no telejornalismo". Trabalhou como produtora nos telejornais SPTV e Bom Dia São Paulo. No "Profissão Repórter", aos 28 anos, ela estréia diante das câmeras.

Caio Cavechini – gosta de incertezas. Da incerteza de uma nova matéria, que precisa ser tratada de forma diferente. Da incerteza de uma entrevista e das perguntas que podem ser respondidas de forma inesperada. Incerteza de preferir participar das matérias nas ruas caóticas ou nas pacatas ilhas de edição. Por estas e outras, aterrissou no "Profissão Repórter", um programa imprevisível.

Felipe Gutierrez – formado em Administração Pública pela FGV e Jornalismo na USP, Felipe ainda está se acostumando com a presença de câmeras na sua vida. Prefere ficar nos bastidores, de preferência analisando gráficos e estatísticas.

Gabriela Lian – se formou pela Faculdade Cásper Líbero e também cursa Letras na Universidade de São Paulo, em português e árabe. Já fez parte de grandes equipes como a de Galvão Bueno, do Jornal Hoje e da Globo News.

Júlia Bandeira – formada em jornalismo pela PUC-SP, continua seus estudos na área da comunicação. Já produziu e dirigiu um belo documentário sobre Chico Buarque e, durante dois anos, apresentou um programa na TV PUC. Mas a nossa repórter já experimentou um pouco de tudo: foram muitos anos de teatro, junto com aulas de sapateado, dança do ventre, violão, gaita e até boxe.

Mariane Salerno – é jornalista formada pela Universidade Metodista. Trabalha na TV Globo desde 2002, quando passou no projeto Estagiar. Já produziu, editou, coordenou, fez um pouco de tudo em TV, como pede o dia-a-dia da redação do "Profissão Repórter".¹⁵⁹

Com uma proposta tão sensata, as expectativas sobre o quadro eram grandes. Em um artigo¹⁶⁰ publicado três meses depois da estréia do "Profissão Repórter", a jornalista Beatriz Cutait apontou os novos repórteres e os ângulos inéditos como os elementos que estavam despertando o interesse dos espectadores. Na opinião da autora, Caco Barcellos "criou um programa inovador, feito com a pouca experiência dos repórteres aliada à vontade de mostrar inusitados pontos de vista, o que gera matérias diferentes no formato e na própria maneira de se colocar frente às câmeras".

[Caco Barcellos] afirma que toda matéria feita no *Profissão: Repórter* tem envolvido discussões éticas. Justamente para diferenciar-se de matérias comuns, o programa tem mostrado conversas entre os repórteres, expondo como são tomadas as decisões, a que se dá prioridade nas matérias, não evitando apresentar até mesmo inseguranças dos iniciantes na profissão.¹⁶¹

A autora defende que, entre erros e acertos, o quadro vem tentando inovar e levar para a televisão uma outra versão da História, "com uma equipe empenhada em aprender e mostrar não só para os colegas de profissão, mas para todos os que assistem televisão, que tudo tem uma segunda versão". Um passo importante dado pela equipe do "Profissão Repórter" é ter clara em sua mente a certeza de que jornalismo não é verdade, tão necessária para qualquer tentativa de fazer jornalismo de uma forma diferente. No artigo, a autora conta que um dos repórteres do

¹⁵⁹ Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA1232244-5946,00.html>>. Acesso em: 15 nov. 2007

¹⁶⁰ CUTAIT, 2006

¹⁶¹ CUTAIT, 2006

quadro, Felipe Gutierrez, acredita que o “Profissão Repórter” seja um recorte dos acontecimentos, não a “verdade absoluta”.

Essa consciência também é demonstrada, de forma muito bem escrita e emocionada, por Nádia Bochi, em seu blog. A repórter que começou no quadro em sua estréia, em abril de 2006, e hoje está no programa diário “Mais Você”, também da TV Globo, apresentado por Ana Maria Braga. No dia 17 de abril de 2006, véspera do início das gravações do quadro, Nádia escreveu:

Contar histórias é antes de tudo um exercício de olhar. *E quanto mais seu e mais parcial ele for, mais honesta será a reportagem.*

A maioria dos teóricos defende o contrário. Eles que me perdoem, mas já há analistas demais no mundo! Gente que vive de cruzar dados, equilibrar pontos de vista, criar verdades genéricas de dentro de um escritório... Meu jeito de reportar consiste em olhar, ir até onde nasce a notícia e sentir onde aquilo me dói... Depois contar tudo do jeitinho que aconteceu, *pra mim*. Quase um ato antropofágico! Engolir e traduzir o fato com cada nuance e *cada interpretação que só eu e minha experiência de mundo é capaz.*

É como emprestar um instrumento óptico pra alguém enxergar o que está bem longe, ou bem perto... Permitir se conhecer pelo seu modo de ver e dar o testemunho que apenas você pode dar. *Junto com ele vão seus medos, sua vivência, sua infância, seu caráter ou sua falta de caráter...* É disso que o público gosta! O encantamento do jornalismo está nesse jeito único do repórter contar uma história. *Nada tem a ver com a frieza hipocritamente imparcial* que recheia a maioria das páginas de jornal, ondas do rádio e de televisão.

Começamos essa semana as gravações do programa... E o que mais me fascina é a possibilidade que ele oferece aos repórteres de exercitar seu olhar. Os temas serão explorados sob diversos pontos de vista. Cada um de nós dará voz a um deles.

Da soma das parcialidades, o telespectador poderá tirar suas próprias conclusões – e enquanto isso, eu devo me divertir bastante defendendo ou atacando, sem medo de ser parcial, cada um de meus personagens.

Que venham as grandes histórias!¹⁶²

Mas as opiniões de Cutait e Nádia, favoráveis ao quadro, não são compartilhadas por todos. O estudante de jornalismo Claudemar Alves de Oliveira, sete meses depois da estréia do quadro, escreveu um artigo¹⁶³ criticando o “Profissão Repórter”. De forma irônica, ele afirma que tudo é “regado a muito romantismo, utopia e glamour. Um showrnalismo!”. O autor alerta para o espetáculo que, segundo ele, é criado pelo quadro ao mostrar os bastidores do jornalismo:

Qualquer estudante de Comunicação menos desavisado fica encantado com o que vê: a agilidade da equipe que viaja o Brasil entrevistando gente famosa e anônima, conhecendo lugares diversos – doce ilusão de uma profissão agitada, mas prazerosa –, o making off com o lado artístico da mídia informativa (sic).¹⁶⁴

Oliveira vai além e questiona o que deseja a TV Globo com “essa mensagem subliminar que diz: ‘venham para a Globo, temos os melhores instrutores, aparato tecnológico’?

¹⁶² BOCHI, 2006, grifos meus

¹⁶³ OLIVEIRA, 2006

¹⁶⁴ OLIVEIRA, 2006

Quer o Plim-Plim inculcar fanatismo nos novos jornalistas? Ou manipulá-los ainda enquanto universitários?”. Na opinião dele, os profissionais acreditam que podem salvar o mundo: “Continuemos no mundo da alienação profissional. É Fantástico”.

Vejamos, então, o que retifica o pensamento de Oliveira, Nádia e Cutait.

4.2 ANÁLISE CRÍTICA

Optamos por focar a análise do quadro “Profissão Repórter” em um episódio: os bastidores do caso Renan Calheiros, de 16 de setembro de 2007.¹⁶⁵ A escolha não foi por acaso. Por ser uma pauta complexa, envolvendo o caso de maior repercussão na política brasileira esse ano, o desafio de uma cobertura adequada foi ainda maior, deixando nítidos tanto os acertos quanto os erros da equipe.

No dia 26 de maio de 2007, a revista “Veja” publicou uma reportagem na qual revelava que Renan recebia recursos da empreiteira Mendes Júnior, por meio do lobista Cláudio Gontijo, para pagar pensão à jornalista Mônica Veloso, com que tem uma filha fora do casamento. De acordo com a revista, Gontijo arcava com o pagamento do aluguel de R\$ 4.500 de um apartamento de quatro quartos em Brasília e com a pensão mensal de R\$ 12 mil para a jornalista. No dia 6 de junho, o Conselho de Ética do Senado instaurou processo contra Renan por quebra de decoro parlamentar. Depois de mais de três meses, em 12 de setembro, o plenário o absolveu.¹⁶⁶ Quatro dias depois, esta votação foi o tema do “Profissão Repórter”.

O primeiro ponto positivo do episódio foi enviar os repórteres Felipe Gutierrez e Gabriela Liam para Murici, no interior de Alagoas, cidade natal de Renan Calheiros. Os dois chegaram à cidade na véspera da votação, e por isso tiveram a oportunidade de apurar a expectativa e a reação dos moradores da cidade antes e depois da votação. Felipe Gutierrez, sem fazer julgamentos diretos, mas informando e passando ao telespectador elementos da sua observação, afirma: “o prefeito da cidade tem 26 anos e é filho do senador Calheiros”, “notamos que a foto do prefeito está em quase todas as casas da cidade”.

¹⁶⁵ Disponível em: <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM731716-7823-PROFISSAO+REPORTER+OS+BASTIDORES+DO+CASO+RENAN+CALHEIROS,00.html>>. Acesso em: 15 nov. 2007

¹⁶⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u327922.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2007

Ao entrevistar dois moradores de Murici, Felipe pergunta se eles vão acompanhar a votação. Quando o morador diz que considera Renan “boa gente”, o repórter insiste: “o senhor acha que os senadores vão concordar com o senhor?”. Os questionamentos, no entanto, infelizmente param por aí. Na nossa opinião, a equipe poderia ter aproveitado a viagem até a cidade de Renan e buscar as reais razões que levam a população de Murici a apoiar o senador. De uma rigorosa apuração poderia ter saído, por exemplo, a revelação e a análise a respeito dos mecanismos utilizados por Renan para conquistar tamanho apoio. Quanto à decisão de mostrar as dificuldades encontradas pela dupla para falar com alguém da família Calheiros – como a recepção nada calorosa dos empregados do senador e o carro da reportagem atolado na estrada de terra –, acreditamos que está dentro da proposta do programa de mostrar os bastidores da notícia.

Caio Cavechini acompanha a ida de uma copeira do Senado, Maria do Amparo, até o trabalho, no dia da absolvição de Renan. É interessante como o repórter conversa com a entrevistada e como a câmera acompanha de forma aparentemente natural o diálogo entre os dois. Esse recurso passa ao telespectador a idéia de que ele está acompanhando não uma matéria construída, mas o levantamento das informações em si. Sabemos, no entanto, que nenhuma matéria está livre de uma série de escolhas. Assim como a verdade é inalcançável, a edição de qualquer programa/quadro faz com que este seja sempre uma construção. Essa percepção não fica clara nesse episódio.

Em seguida, Caco Barcellos mostra a chegada de Renan ao Senado, com muitos jornalistas tentando cercá-lo para arrancar algumas palavras do senador. O trabalho da imprensa também é filmado mais à frente, durante a espera pelo resultado da votação. A câmera mostra repórteres em cima de escadas, abaixados e em outras situações “constrangedoras” para conseguir a melhor imagem ou uma entrevista. Esse é um fator positivo do quadro, porque pode amenizar o mito de espetáculo construído sobre o jornalismo.

A fala de um repórter que fica abaixado para não atrapalhar os cinegrafistas, por mais que seja bem-intencionada, infelizmente não reflete a realidade. Repórteres de rua conhecem a extrema competição que existe no meio jornalístico, onde raramente há espaço nestes momentos decisivos de registro dos fatos para companheirismo entre profissionais de veículos diferentes. Aquele depoimento, portanto, pode dar uma visão falsa para o público de que os jornalistas “se ajudam” sempre na cobertura de campo. Os profissionais sabem que não funciona bem assim. O depoimento da repórter seguinte, dizendo que “é preciso segurar o pé, senão a onda te leva”,

ilustra muito melhor o ambiente “salve-se quem puder” de uma matéria como essa, onde, segundo Caco, mais de 600 jornalistas estavam em busca das melhores falas e imagens.

A partir daí, o episódio passar a tratar da dificuldade encontrada pela repórter Júlia Bandeira para conseguir uma entrevista com a também jornalista Mônica Veloso (foi ela quem deu início ao escândalo que culminou no processo de cassação, quando acusou Renan de usar um lobista para pagar contas pessoais, inclusive a pensão da filha que ela tem com o senador). Júlia diz que vai “tentar convencê-la” a ceder uma entrevista à equipe, processo que já estaria demorando mais de uma semana, segundo Caco. A reunião de três horas e os telefonemas com Mônica Veloso e o seu advogado mostram ao público todo o processo de negociação que uma entrevista exclusiva com alguém inserido em uma situação polêmica pode exigir.

Caco conta que, no dia da votação, 13 deputados federais conseguiram na Justiça o direito de acompanhar a sessão. As imagens mostram o empurra-empurra entre os parlamentares e seguranças, que resistiam em permitir a entrada dos deputados. Caco entrevista um deles, Fernando Gabeira (PV-RJ). Ele pergunta: “é verdade que o senhor quase nocauteou um colega senador?”. Apesar da briga entre parlamentares e seguranças do Senado Federal ter sido, no mínimo, “curiosa”, e essa pergunta ser demandada pelo público, mais uma vez, a equipe poderia ter ido além. Um dos caminhos era apurar os motivos da oposição estar ali, o que ela pensava de todo o processo ou, no mínimo, qual era a sua expectativa em relação à votação.

Já o depoimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), acrescenta, de maneira direta porém discreta, ao debate sobre a cassação. Ele diz: “vamos ver o que diz a cabeça de cada senador no escurinho do cinema, lá dentro”. A fala do parlamentar soma, mas não contribui para esclarecer nada em relação ao contexto e ao debate da questão. O que fica implícito é como, lá dentro, entre os senadores, as regras do jogo e os pensamentos dos parlamentares são outros e recheados de interesses políticos. Ao usar as palavras “escurinho do cinema”, ele faz lembrar que o voto é secreto. Esse mecanismo permite que os parlamentares votem pela absolvição do senador à revelia do que é demandado pelos eleitores. A briga entre jornalistas que se segue à entrevista com o senador Arthur Virgílio denota, finalmente, o ambiente de competição e, muitas vezes, uma certa hostilidade na prática profissional.

A primeira entrevista claramente crítica, no sentido de mostrar a troca de favores e o jogo de interesses entre os políticos, é com o senador Almeida Lima (PMDB-SE), partidário de Renan. Caco pergunta: “o senhor é da chamada tropa de choque do senador Renan Calheiros?”. O

parlamentar responde: “olha, esse é um adjetivo que eu, particularmente, não aceito, mas também não contesto nem fico contrariado”.

Os momentos que se seguem na edição da matéria são enriquecedores. As imagens mostram a comemoração dos moradores da cidade de Murici. Um deles diz: “meu senador é forte, tem amigos”. A empregada da família, saltando de alegria, abre as portas da casa para os repórteres. Felipe Gutierrez narra: “a Guarda Municipal se encarrega dos fogos de artifício”, e a imagem seguinte mostra uma carreata que comemora a absolvição. Na nossa opinião, é importante que o “Profissão Repórter” tenha buscado um outro registro real da votação, enquanto toda a grande imprensa noticiava apenas a reação de outra parte da população.

Logo, ter ido a Murici é um passo no sentido de mostrar uma realidade política que fez com que Renan se tornasse senador porque tem eleitores e fosse absolvido porque tem “amigos”, como disseram dois moradores da pequena cidade de Alagoas. No entanto, este registro manteve-se superficial. Faltaram entrevistas reveladoras que questionassem essas pessoas e esse apoio, contextualizando e aprofundando o olhar que, embora novo, acabou sendo até preconceituoso. Logo depois, o quadro mostra uma manifestação do PSOL, com cartazes que diziam “fora todos os corruptos”. Na nossa opinião, a manifestação popular contra Renan demorou a ser mostrada e foi minimizada. O vidro que separou a câmera da manifestação conota a barreira criada entre essa voz/esse olhar e a reportagem.

A matéria volta, então, para a negociação da entrevista com Mônica Veloso. Júlia Bandeira finalmente consegue falar com a jornalista, mas a expectativa criada acaba sendo frustrada. Talvez pelas imposições feitas por Mônica para que ela concedesse a entrevista, a repórter não expõe a jornalista a perguntas constrangedoras. Júlia conduz a conversa parecendo que está “pisando em ovos”, com muito cuidado – cuidado até demais. Mônica Veloso tornou-se uma pessoa pública, por motivos que vão desde o pagamento da pensão da filha por um lobista amigo de Renan até as fotos que tirou nua para a revista masculina “Playboy”. Embora esse último fato diga respeito à vida pessoal da jornalista, o primeiro é de interesse público, já que se trata de uma acusação grave contra o presidente do Senado.

Não há motivos, portanto, para que Mônica não seja interpelada e questionada sobre o assunto. A única explicação seria um acordo entre a equipe de reportagem e a entrevistada, em que ela teria aceitado conversar apenas se não ficasse sujeita a perguntas “delicadas”. Se isso

ocorreu, trata-se de um conflito ético e, de acordo com a proposta do programa, deveria ter sido trazido à tona.

Ao anunciar o episódio que analisamos, o apresentador do “Fantástico”, Pedro Bial, afirmou: “A equipe do ‘Profissão Repórter’ acompanhou os bastidores do julgamento, a reação de uma cidadezinha em Alagoas e o desabafo da mulher que originou todo o processo contra o presidente do Senado”. A “cabeça” da matéria – texto falado pelo apresentador de um telejornal ou programa antes da reportagem ir ao ar –, portanto, não corresponde ao conteúdo. Acompanhar os bastidores do julgamento significaria ir muito além do que foi a matéria. Para atender a essa proposta, a reportagem deveria, por exemplo, ter apurado e reportado as articulações políticas que culminaram na absolvição do senador.

Apesar de ter mostrado “a reação de uma cidadezinha em Alagoas”, já defendemos aqui que essa investigação poderia ter sido mais profunda, questionando não a reação em si, mas o porquê da comemoração daquelas pessoas. Por fim, sabemos que a reportagem não mostrou o “desabafo” de Mônica Veloso. A fala da mãe da filha de Renan pareceu extremamente decorada. A jornalista não falou nada novo, ao contrário, não opinou sobre a absolvição e disse que aquela história toda deveria ficar “no passado”. Não sabemos se por opção ou por um acordo com a entrevistada, a repórter Júlia Bandeira também não interpelou Mônica sobre a origem do dinheiro que pagava a pensão da sua filha e todos os desdobramentos do escândalo. A pergunta sobre a nudez de Mônica Veloso, no entanto, foi feita, e respondida com gosto pela entrevistada.

As críticas que fizemos até aqui nos levam a crer que esse episódio do quadro “Profissão Repórter” tendeu à espetacularização da notícia, que Ana Gabriela Guerreiro definiu em um artigo publicado no “Observatório da Imprensa” como:

[...] um elemento fundamental para que uma notícia se torne interessante aos leitores do ponto de vista do entretenimento. Fatos tradicionalmente considerados mais densos para a compreensão do público, como as discussões políticas e econômicas do país, podem receber uma nova roupagem capaz de prender a atenção dos leitores e garantir maior vendagem aos jornais.¹⁶⁷

Atendendo a um pedido nosso, Maria Cristina Gobbi, doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), assistiu ao vídeo que analisamos até aqui e deu a sua opinião. O ponto mais criticado por Gobbi foi a falta de contextualização da reportagem: “em nenhum momento se falou sobre a cassação ou sobre os motivos do julgamento,

¹⁶⁷ GUERREIRO, 2007

fazendo uma retrospectiva para posicionar o telespectador sobre o caso, mostrando a trajetória do acontecimento”.¹⁶⁸

Na opinião da autora, a entrevista com a jornalista Mônica Veloso deixa evidente uma “cumplicidade profissional” entre ela e a repórter, que não a expõe a perguntas constrangedoras e, portanto, deixa de trazer informações relevantes do fato noticiado.

O que ficou claro foi um "bando" de briguentos (e de modo geral poucos sabiam quem eram esses supostos opositores) querendo entrar no plenário a todo custo, agredindo, falando palavrões, fazendo bagunça, e os pobres repórteres tentando fazer seu trabalho, se espremendo, atolados no barro, em um trânsito complicado, ou seja, sofrendo para conseguir a notícia “verdadeira” acima de tudo.¹⁶⁹

Maria Cristina Gobbi também critica que uma única manifestação popular “anti-Renan” tenha sido registrada rapidamente atrás do vidro da porta do Senado. Ela questiona se não houve manifestação nas ruas antes, durante e depois da votação. Segundo a autora, “mais uma vez assistimos ao que já sabemos desde há muito tempo: que os meios de comunicação de massa são elitistas e as camadas populares atuam como meros espectadores ou são usadas para a manutenção do status quo”.¹⁷⁰

Na opinião da especialista, o vídeo não evidencia os conceitos de diferentes olhares e de jornalismo (não) como verdade. Ao contrário, ele deixaria claro o que cotidianamente vem sendo utilizado. “O vídeo está mais próximo de exemplos de rotinas de produção da notícia do que dos preceitos de fazer um bom jornalismo, buscando a verdade e os múltiplos olhares”, diz ela.¹⁷¹

Beatriz Cutait, no artigo¹⁷² que escreveu sobre o programa já citado nesse estudo, exemplifica erros e acertos do “Profissão Repórter”. A autora critica o episódio¹⁷³ exibido no dia 25 de junho de 2006, segundo ela, “sobre um tema mais do que conhecido”. Cutait acredita que o quadro, ao abordar o trabalho de comerciantes ilegais na Rua 25 de Março, em São Paulo, não conseguiu inovar na forma ou no conteúdo. “Acompanhar o chamado ‘rapa’ [...] não acrescentou nada de novo à matéria, que enfocou os mesmos tipos de entrevistados que outras similares”.¹⁷⁴

¹⁶⁸ GOBBI, 2007

¹⁶⁹ GOBBI, 2007

¹⁷⁰ GOBBI, 2007

¹⁷¹ GOBBI, 2007

¹⁷² CUTAIT, 2006

¹⁷³ Disponível em: <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM490638-7823-PROFISSAO+REPORTER+A+MARATONA+DO+COMERCIO+POPULAR,00.html>>. Acesso em: 15 nov. 2007

¹⁷⁴ CUTAIT, 2006

Já o episódio de 21 de maio de 2006¹⁷⁵, sobre a colheita da cana, é elogiado pela autora. Nele, os repórteres Nadia Bochi e William Santos se disfarçam de trabalhadores e cortam cana. “Aquele programa conseguiu mostrar, de fato, como funciona este ramo tão obscuro de trabalho, que emprega pessoas sem oferecer a mínima infra-estrutura necessária, ao viver [...] uma realidade não pertencente à grande parte dos espectadores do *Fantástico*”.¹⁷⁶

Sobre os erros, acertos e as expectativas do programa, vejamos o que tem a nos dizer os repórteres Caco Barcellos e Nádia Bochi.

4.3 ENTREVISTAS

4.3.1 Nádia Bochi

Nádia Bochi trabalhava no programa “Ação”, da TV Globo, quando foi convidada pelo repórter Caco Barcellos para integrar a equipe do “Profissão Repórter”, o novo quadro do “Fantástico”, que estreou em abril de 2006. Os dois trabalhavam em bancadas próximas na redação, e o convite foi feito pelo jornalista e pelo diretor do programa, Marcelo Souto Maior. Segundo Nádia, Caco disse a ela que vinha observando o seu perfil de “repórter social”, e que este se encaixava no projeto.

Na opinião da repórter, a experiência que mais a desafiou foi a trilogia sobre os cortadores de cana.¹⁷⁷ “Passamos mais de um mês produzindo as primeiras matérias, disfarçados, vencendo desafios profissionais e pessoais. No fim, acho que valeu o esforço. Conseguimos registrar a exploração, denunciar o sistema e aos poucos algumas mudanças vêm acontecendo”.¹⁷⁸

Nádia garante que cada matéria foi um desafio e que muitas vezes a equipe se deparou com conflitos éticos. Um deles, uma polêmica no jornalismo: o uso da câmera escondida.

¹⁷⁵ Disponível em: <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM462182-7823-PROFISSAO+REPORTER+UM+DESAFIO+NA+COLHEITA+DA+CANA,00.html>>. Acesso em: 15 nov. 2007

¹⁷⁶ CUTAIT, 2006

¹⁷⁷ Disponíveis em <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM462182-7823-PROFISSAO+REPORTER+UM+DESAFIO+NA+COLHEITA+DA+CANA,00.html>>; <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM458204-7823-PROFISSAO+REPORTER+O+TRABALHO+DOS+CORTADORES+DE+CANA,00.html>>; <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM594753-7823-PROFISSAO+REPORTER+O+DESTINO+DOS+BOIASFRIAS,00.html>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

¹⁷⁸ BOCHI, 2007

Segundo ela, esse foi o principal desafio e dilema das reportagens sobre os cortadores de cana e a violência contra a mulher.¹⁷⁹ “Nos dois casos conversamos muito e fiquei segura de que era a única e melhor forma de fazer o trabalho. O programa permite esse tipo de discussão e o Caco está sempre disposto a dividir as dúvidas e ajudar a encontrar o melhor caminho”.¹⁸⁰

A repórter afirma que o programa contribuiu para reforçar uma tese que ela sempre defendeu desde a faculdade: “é possível fazer bom jornalismo, parcial e honesto”.¹⁸¹ Nádia afirma que foi claramente parcial em todas as reportagens, e acredita que tenha deixado o telespectador à vontade para discordar ou concordar com o seu olhar. Segundo ela, é possível levar a proposta de múltiplos olhares para o jornalismo diário. “A estrutura do quadro é complexa, mas a idéia é simples: jornalismo parcial, claro, permitindo que o repórter seja humano e deixe claro para quem torce em cada história”.¹⁸²

A repórter disse ainda que a expectativa em relação ao “Profissão Repórter” foi superada. Na semana em que as gravações começaram, Nádia escreveu no seu blog pessoal: “o que mais me fascina é a possibilidade de exercitar o olhar. Os temas são explorados sob diversos pontos de vista. Cada um de nós dará voz a um deles”.¹⁸³ Segundo ela, “sem dúvida alguma, o ‘Profissão Repórter’ permitiu ir além da expectativa inicial, que já era enorme”.¹⁸⁴

Nádia saiu do programa um ano depois, quando recebeu um convite do “Mais Você”, programa diário da TV Globo apresentado por Ana Maria Braga. Segundo a jornalista, o “Profissão Repórter” foi uma experiência fundamental na sua carreira, mas era hora de se tornar independente e dar chance a outros jovens repórteres.

4.3.2 Caco Barcellos

Em entrevista à aluna¹⁸⁵, o repórter Caco Barcellos afirmou que a idéia do “Profissão Repórter” era antiga – existia há cerca de dez anos. A proposta inicial do jornalista, no entanto, era fazer um programa de jornalismo investigativo. Depois, Caco se convenceu de que o tema

¹⁷⁹ Disponível em <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM521044-7823-PROFISSAO+REPORTER+VIOLENCIA+DOMESTICA,00.html>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

¹⁸⁰ BOCHI, 2007

¹⁸¹ BOCHI, 2007

¹⁸² BOCHI, 2007

¹⁸³ BOCHI, 2006

¹⁸⁴ BOCHI, 2007

¹⁸⁵ BARCELLOS, 2007

mais aberto, voltado para a injustiça social e não para a denúncia necessariamente, possibilitava uma riqueza maior de pauta. “Toda matéria deve ser investigativa independente de envolver uma denúncia. Histórias positivas também precisam ser contadas e bem apuradas”, defende.

Ao ser questionado porque ele, um experiente repórter, escolheu trabalhar com “focas” – jornalistas recém-formados –, Caco responde que o atraiu a possibilidade de lidar com uma geração muito bem informada e mais preparada, que nasceu com a vantagem de ter acesso à informação de forma mais democrática. “Para fazer uma pesquisa aprofundada, muitas vezes era preciso enfrentar um burocrata mal-humorado na biblioteca. Havia poucos livros. A nova geração faz uma pesquisa em poucos segundos e em todas as bibliotecas do mundo”, diz ele. Além disso, o idealismo inerente ao jovem também o atraiu.

Os integrantes do “Profissão Repórter” estão entrando no mercado e, por isso, carregam um componente de idealismo muito forte. A vontade de mudar o mundo é a característica mais preciosa das novas gerações, ela sempre existiu nos jovens. Gostaria de ter sempre deles esse desejo.

No entanto, trabalhar com essa nova geração não significou para o repórter, necessariamente, fazer jornalismo de maneira inovadora. Caco acredita que o “Profissão Repórter” leva os jovens profissionais para o lado mais simples e antigo da reportagem, que é o da apuração nas ruas. “Já existe um *background* fantástico hoje, que permite o acesso à informação de maneira democrática e simples. O programa dá a possibilidade de buscar as fontes mais simples, que são as pessoas comuns, o inusitado, o diferente, o exclusivo. É muito rico”, acredita Caco. Segundo ele, o profissional mais experiente muitas vezes não dá importância para esses personagens. “É legal oferecer essa chance para os jovens, apresentá-los ao encanto e à arte do trabalho de rua”, justifica.

Caco não assume, no entanto, que o “Profissão Repórter” ajuda a desconstruir a idéia do jornalismo como verdade. Segundo ele, o objetivo cumprido pelo quadro é ajudar a transmitir informações de maior qualidade. “Temos no mínimo seis olhares (repórteres) sobre um mesmo fato. Isso faz com que se estabeleça uma relação mais equitativa com as diversas fontes e a possibilidade de produzir uma reportagem mais equilibrada”, explica.

O repórter defende que qualquer reportagem pode ter múltiplos olhares. Na opinião dele, o jornalismo diário não ouve as diversas fontes de forma simultânea. “Isso depende do cuidado de cada profissional. Ao observar vários ângulos aumentam as chances de uma reportagem melhor”, acredita. Caco diz ainda que a utilização de múltiplos olhares depende do que cada pauta possibilita, e alerta para a preocupação em ouvir o “oficial”.

As pessoas praticam jornalismo declaratório, baseando-se em fuxico, como se fosse investigativo. Às vezes, o “outro lado” merece apenas um telefonema. Se der ocupado, eles dizem que não conseguiram localizar. A preocupação do “Profissão Repórter” é oferecer mais para o contraditório. Esse é um caminho que deve nos levar à prática do jornalismo investigativo. É preciso praticar a técnica de apuração para fazer jornalismo com grande responsabilidade. O acusado merece respeito, então o mínimo que podemos fazer é apurar de forma rigorosa. Uma informação negativa contra alguém, baseada em meia dúzia de entrevistas, não é suficiente para divulgá-la: é apenas o começo de um trabalho.

Caco garante que a questão ética é sempre muito discutida entre os integrantes do “Profissão Repórter”. Ele caracteriza os jovens profissionais como atentos a essa discussão. “Quando optamos pela câmera escondida, o fazemos com muita preocupação em usá-la como instrumento de denúncia social contra uma situação ou uma realidade, e não contra uma pessoa”, alerta.

Em relação a conflitos éticos por conta de interesses políticos e econômicos com os quais os jornalistas se deparam, o repórter afirma que é necessário ter consciência do que acontece ao nosso redor. “É preciso conhecer os limites da redação, sem grandes sofrimentos, porque não há outro caminho para realizar bem o trabalho. Devemos trabalhar duro para obter informações de qualidade e convencer os nossos chefes da sua importância”, acredita. Questionado se a proposta de mostrar ao público que as notícias são resultado de um processo de escolhas não faria com que a notícia perdesse a credibilidade, o repórter afirma que os múltiplos olhares estão justamente aliados à credibilidade.

O fato de ser construção não significa que ela não seja verdadeira, por mais que este seja um conceito subjetivo. Tudo depende da qualidade do profissional e das suas preocupações éticas. A construção deve ser equilibrada e independente da ideologia dos jornalistas. O que faz a diferença na busca interminável pela verdade é a apuração rigorosa.

Caco disse ainda que o público assiste e aprova o “Profissão Repórter”, o que indica que a equipe está no caminho certo. O repórter acredita que o grande público gosta de grandes reportagens, de matérias artesanais, de jornalismo com opinião e personagens das ruas. Um reflexo dessa percepção, na opinião dele, é a grande procura por livros de reportagem.

O objetivo do repórter ao mostrar os bastidores da notícia no “Profissão Repórter”, segundo ele, é provar que os jornalistas são como qualquer um: “trabalham sob condições adversas, têm dúvidas, erram, passam por sacrifícios e se preocupam com a captação da informação”. Caco faz ainda uma diferenciação entre o processo de produção da notícia no quadro e nas demais matérias telejornalísticas. Ele lembra que, muitas vezes, a apuração na TV não é responsabilidade do repórter, mas de terceiros – geralmente, de produtores. “No ‘Profissão

Repórter’, nós captamos tudo. Nós mostramos que estávamos lá, no meio da confusão, levamos porta na cara, empurrão ou fomos bem tratados”, exemplifica.

Trechos de reportagens veiculadas no jornalismo diário sobre o assunto que está sendo tratado no “Profissão Repórter” são usados, segundo ele, para alertar o receptor da notícia como aquele assunto foi tratado pela imprensa. Isso permitiria, por sua vez, diferenciar a forma com que o quadro vai tratar o fato. “É um recurso usado para ativar a memória do telespectador e mostrar que aquele é o jeito mais formal e sintético de apresentar a matéria. Essa ferramenta também impede que levemos uma informação que ele já conhece”, explica Caco.

Ao comentar o episódio analisado por nós, sobre a absolvição do senador Renan Calheiros, Caco criticou a cobertura do caso pela grande imprensa. Ele disse ainda que não houve contextualização do fato no quadro porque esta já vinha sendo veiculada na mídia. “Tivemos que optar: ou fazíamos uma reportagem que a imprensa vinha fazendo ou priorizávamos o nosso espaço – que é sempre limitado – para o que não estava sendo divulgado”.

O que a equipe queria, disse ele, era acompanhar o fato com equidade. O repórter acredita que o julgamento mostrou uma certa frustração por parte da imprensa, que teria tomado partido e posição na questão.

Fiquei impressionado. As manchetes dos jornais no dia seguinte diziam: “vergonha nacional”. Que vergonha é essa? Por que esse título? Quando veio o resultado, eu chamei o repórter que estava acompanhando a reação do povo em frente ao Congresso, e não havia ninguém lá protestando. Então, como o jornal escreve isso no dia seguinte? Quem estava com vergonha era a imprensa. Mas nós fazemos jornalismo para retratar o que a redação pensa ou o que o povo pensa? Em Murici, na terra do Renan, não havia ninguém da imprensa, e o povo estava em festa. Então, eu posso até achar que foi uma “vergonha nacional”, mas não posso deixar que a minha ideologia faça a manchete. O que faz a manchete é a reportagem. Naquele caso, a manchete era a apatia total.

Em relação ao repórter Felipe Gutierrez não ter apurado com mais profundidade os motivos que levam os moradores de Murici a apoiarem Renan incondicionalmente, Caco afirmou que “a gente sempre apura muito e divulga pouco”. Sobre a entrevista com a jornalista Mônica Velloso não a ter exposto a perguntas constrangedoras, o repórter falou pouco. Segundo ele, o tempo foi dividido equitativamente – um minuto e meio – entre cada “olhar”, e Mônica não queria falar.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou, de algumas formas, contribuir para a reflexão sobre o exercício do papel social do Jornalismo. Esperamos também ter contribuído especificamente para o quadro “Profissão Repórter”, um primeiro passo rumo a um longo caminho que termina em matérias jornalísticas mais democráticas e preocupadas em somar ao pensamento crítico.

Em relação ao estudo de caso, acreditamos que há muitos pontos a serem discutidos, com direito a réplicas da equipe do “Profissão Repórter” e tréplicas da nossa parte. Apesar de termos críticas a alguns pontos do programa, acreditamos que ele contribui para conscientizar o grande público de que as matérias jornalísticas são uma construção, fruto de um processo de escolhas, e não a verdade única. Além disso, a fórmula de olhar a partir de diferentes ângulos contribui para matérias mais completas e menos previsíveis do que as que assistimos todos os dias nos grande veículos de comunicação.

Como já foi dito no decorrer deste trabalho, não é fácil tentar modificar paradigmas de produção do jornalismo na televisão – o imenso alcance deste veículo faz com que interesses econômicos e políticos sejam incomensuráveis. No entanto, a percepção da imensa penetração da TV no imaginário da grande massa deve estimular a reflexão das instâncias de produção e pesquisa do jornalismo, para que esse instrumento seja gerido da maneira mais correta possível. “Rejeitada e criticada pelos intelectuais e políticos, ela [a televisão] [...] é inseparável das nossas expectativas e decepções, de nossas esperanças e frustrações. Talvez seja o preço do seu papel de instrumento de divertimento e laço social”,¹⁸⁶ defende Wolton. Consciente do poder dessa mídia, o repórter deve procurar meios de contribuir para que ela se torne instrumento de democracia, não de opressão.

O telejornalismo pode investir mais na compreensão do que na quantidade de informações, construindo narrativas mais analíticas, reflexivas e menos fragmentadas, através de associações mais inventivas entre texto-imagem. (...) as transformações dos fatos sociais em acontecimentos podem estar cada vez mais sustentadas por atitudes éticas e criativas, produzindo novos discursos e sentidos sobre a realidade social, os quais, por sua vez, também são resultantes de múltiplas negociações e leituras por parte dos telespectadores.¹⁸⁷

Acreditamos que a proposta de retomar pensamentos sobre a noção do jornalismo como verdade, sobre os múltiplos olhares no processo de construção da notícia e de analisar um

¹⁸⁶ WOLTON, 1996, p. 315

¹⁸⁷ BECKER, 2005, p. 153

exemplo que busca desafiar a forma como se faz jornalismo hoje foi cumprida com êxito. Mas para que alcancemos o objetivo maior de construir matérias jornalísticas de forma mais transparente e aprofundada, esse trabalho não deve se encerrar aqui. Esse estudo representa apenas uma pequena contribuição frente ao grande desafio que desejamos superar. Esperamos, portanto, ter somado a outros projetos que visem uma comunicação mais democrática e menos opressora, mais clara e menos escamoteadora, mais transformadora e menos retrógrada.

Como forma de contribuição para estudos futuros, gostaríamos de deixar a sugestão de que outras etapas do processo de construção da notícia, além do trabalho do repórter, sejam pesquisadas e discutidas. Afinal, ao contrário do que parece, sabemos que o repórter é apenas uma peça da imensa engrenagem da redação de grandes veículos de comunicação. Além dele, estão envolvidos os interesses e as convicções dos produtores, chefes de reportagem, editores, âncoras e, em última instância, do dono do jornal, revista, site, rádio ou TV.

O próprio repórter, muitas vezes, desconhece a imensa responsabilidade que tem nas mãos. Mesmo quando é capaz de reconhecê-la e mensurá-la, este profissional é, muitas vezes, impotente diante do gigantismo do processo de construção da matéria jornalística. O quadro “Profissão Repórter” mostra os jovens repórteres em ação e nos bastidores. Mas sabemos que, no jornalismo diário, esses profissionais, individualmente, podem definir muito pouco.

Nesse estudo, portanto, existe uma discussão que vai além do jornalismo como resultado de um olhar entre muitos possíveis. O debate, que apareceu nessa pesquisa em diversos momentos, questiona como colocar em prática aquilo em que acreditamos. Como, cada um de nós – recém-formados e tão “focas” como os jovens do “Profissão Repórter” –, pode fazer jornalismo de forma mais transparente, fiel e democrática? Ainda não sabemos a resposta exata, mas esta pesquisa nos leva a crer que o caminho está, também, em ver o mundo, o fato jornalístico e os personagens das matérias jornalísticas de perspectivas e ângulos diferentes. Essa ligação e esse respeito com as pessoas que fazem parte da notícia foram tratados por Nádia Bochi em seu blog pessoal, no dia seguinte à sua despedida do “Profissão Repórter”.

Durante um ano dividi a tela com gente importante: homens e mulheres de pouca chance, de muita luta. Guerreiros do tipo que raramente se percebe. Anônimos que mudaram minha vida. Estive em lugares que ninguém sonha conhecer. Dei voz e principalmente os ouvidos a histórias de quem caminha calado. Caminha bastante. Fui parcial todas as vezes. Me envolvi. [...] Na bagagem vai toda essa gente e a mesma inocência de quem acredita que as grandes histórias só existem dentro do coração das pessoas.¹⁸⁸

¹⁸⁸ BOCHI, 2007

Daqui para frente, depois de realizada essa pesquisa, vamos ter consciência de que as histórias que contamos são construções. Vamos carregar também a certeza de que, para que essas sejam grandes histórias, é preciso também ser grande. É preciso, também, ser vários. A partir do momento que mudamos a nossa perspectiva, transformamos também todo o ambiente, todo o fato, toda a história. A soma de cada parcialidade nos levará não às hipócritas imparcialidade ou verdade jornalísticas, mas ao verdadeiro jornalismo.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Caco. **[Opinião sobre a experiência do “Profissão Repórter”]**. Curitiba, 2007. Entrevista concedida à aluna, por telefone, em 28 nov. 2007.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: um estudo da Cobertura dos 500 anos do Descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

BOCHI, Nádia. **Ontem foi ao ar meu último “Profissão Repórter”**. Blog pessoal da autora, 19 mar. 2007. Disponível em: <<http://nadiadeclarar.blogspot.com>>. Acesso em: 2 dez. 2007.

BOCHI, Nádia. **Profissão: repórter**. Blog pessoal da autora, 17 abr. 2006. Disponível em: <<http://nadiadeclarar.blogspot.com>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

BOCHI, Nádia. **[Opinião sobre a experiência do “Profissão Repórter”]**. São Paulo, 2007. Entrevista concedida à aluna, por e-mail, em 23 nov. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CEREJA, William R; MAGALHÃES, Thereza. **Português: Linguagens**. São Paulo: Atual, 1994.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Jornalismo se relaciona com a transformação, não com o efêmero**. Blog pessoal do autor, 18 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.oxisdaquestao.com.br/perfil.asp>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

CUTAIT, Beatriz. **Programa novo, formato velho?** Artigo publicado no site da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, 5 jul. 2006. Disponível em: <http://www.abert.org.br/D_mostra_clipping.cfm?noticia=15521>. Acesso em: 15 nov. 2007.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE FLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GOBBI, Maria Cristina. **[Opinião sobre o “Profissão Repórter”]**. São Paulo, 2007. Entrevista concedida à aluna, por e-mail, em 11 nov. 2007.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo: Edusp, 2003.

GUERREIRO, Ana Gabriela. **A espetacularização da notícia no governo FHC**. Artigo publicado no site “Observatório da Imprensa”, 26 jun. 2007. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=439MCH002>>. Acesso em: 15 nov. 2007

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de-siècle**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

OLIVEIRA, Claudemar Alves de. **Profissão Repórter**. Artigo publicado no site “Duplipensar”, 6 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.duplipensar.net/artigos/2006-Q4/profissao-reporter.html>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: como os jornalistas retratam a violência e a segurança pública no Brasil**. Centro de Estudos e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, ano 4, 10 de dezembro de 2005.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

SOBRINHO, José Coelho. **“Profissão Repórter”**. Só é jornalista aquele que tem responsabilidade ao escrever. Revista Consultor Jurídico, 17 fev. 2007. Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/52947,1>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**. Função e Linguagem da Televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público.** Uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996.

ZANCHETTA JÚNIOR, Juvenal. **Imprensa escrita e telejornal.** São Paulo: Unesp, 2004.